



## Capítulo 7

# Uma análise crítica do desenvolvimento territorial e das políticas de inclusão espacial em África

O presente capítulo analisa a eficácia das diversas ações políticas na promoção do desenvolvimento territorial e da inclusão espacial. A primeira secção foca-se nas ações centradas em territórios e lugares específicos. A secção seguinte revê as políticas com um forte impacto territorial; as infraestruturas e a descentralização surgem como importantes âncoras para as estratégias de desenvolvimento territorial inclusivo. A última secção salienta as dificuldades que os decisores políticos têm na criação de políticas que façam plenamente face às realidades demográficas e territoriais africanas, que se encontram em rápida mudança. As abordagens setoriais tradicionais ignoram as dinâmicas espaciais, bem como complementaridades e influências cruzadas (*trade-offs*) entre políticas. Estas baseiam-se, muitas vezes, numa falta de conhecimento acerca das economias territoriais, devido – entre outras questões – a estatísticas locais desadequadas.



### Resumo

Foram levadas a cabo, no passado, políticas de desenvolvimento territorial em vários países africanos por forma a ultrapassar as disparidades territoriais e promover a inclusão espacial. De um modo geral, estas diversas políticas não foram especialmente bem-sucedidas e foram progressivamente colocadas em pausa desde a década de 1980. Alguns instrumentos políticos que continuam a ser aplicados permanecem desiguais e pecam por falta de uma abordagem integrada e setorialmente abrangente. Em muitos países africanos, foram usados instrumentos políticos em territórios focalizados e lugares específicos. Surgiram por toda a África zonas especiais económicas, corredores económicos, cidades planeadas e políticas que visam territórios menos desenvolvidos. Alguns destes instrumentos revelaram-se úteis mediante certas condições. No entanto, a sua junção não constitui por si só uma política para o desenvolvimento territorial.

Paralelamente, algumas políticas setoriais nacionais surtiram certos efeitos de repercussão positiva no desenvolvimento territorial. Os progressos nos projetos de infraestruturas, especialmente de tecnologias de informação e comunicação, energia e bacias hidrográficas contribuíram para a redução da fragmentação regional e para laços territoriais mais fortes.

Dar um passo atrás em relação a estes diversos instrumentos e políticas setoriais permite a identificação de “ângulos mortos” que têm um impacto negativo na eficácia do processo de decisão política territorial. A prevalência de ações setoriais definidas de forma estreita e estatísticas e conhecimentos desadequados acerca dos territórios e das economias locais representam desafios cruciais que os decisores políticos africanos terão de enfrentar.

### **Certos instrumentos políticos ajudaram ao fomento do desenvolvimento territorial em determinados lugares, porém a sua junção não pode, por si só, constituir uma política**

Alguns países africanos, sobretudo na África Ocidental, desenvolveram anteriormente políticas territoriais. Contudo, tais políticas tiveram um sucesso heterogéneo por dois motivos: em muitos casos, os governos nacionais e locais não possuíam capacidade suficiente para as suportar e implementar de modo sustentável e, noutros casos, concebiam e implementavam estas políticas tendo pouca ou nenhuma coordenação com outras ações governamentais. As políticas territoriais foram, de um modo geral, abandonadas desde a década de 1980, no rescaldo da crise do endividamento (Alvergne, 2008: 193-198). Atualmente, persistiram alguns instrumentos políticos, alargaram-se a novos locais ou foram até influenciados por experiências bem-sucedidas noutros países em desenvolvimento. Todavia, a sua junção não constitui por si só uma estratégia para o desenvolvimento territorial, isto é, uma mistura adequada de políticas, considerando influências cruzadas e complementaridades e uma cuidada sequencialização de políticas.

Há quem tenha até argumentado que o enfoque no desenvolvimento de uma determinada localização geográfica é uma forma descendente (*top-down*) e ineficaz de alargar a atividade económica. No entanto, algumas experiências bem-sucedidas, tais como as zonas económicas especiais (ZEE) na China, sugerem que os instrumentos políticos direcionados podem ser um componente útil das estratégias de desenvolvimento. África tem um historial contraditório: as ZEE, os corredores económicos, as estratégias para os territórios menos desenvolvidos e as iniciativas transfronteiras podem promover o desenvolvimento local e a inclusão espacial quando geridos cuidadosamente e em



sintonia com os recursos específicos do contexto local, talvez não tanto no caso das cidades planejadas. De qualquer forma, as principais fraquezas destas abordagens são, muitas vezes, o modo descendente como foram conduzidas, como se apoiaram em quadros institucionais frágeis com capacidade limitada, como foram mal coordenadas com as políticas setoriais com um forte impacto territorial e, em alguns casos, como sofreram e até contribuíram *de facto* para o favoritismo. Alguns destes instrumentos políticos são revistos abaixo em maior pormenor.

### **As zonas económicas especiais podem promover o desenvolvimento territorial, mas até agora ainda não criaram emprego em massa**

As ZEE são áreas delimitadas espacialmente que funcionam sob um ambiente administrativo, regulador e fiscal diferente do do país onde se localizam. Assim, podem ultrapassar barreiras ao investimento que existem na economia interna e acelerar o desenvolvimento industrial e as reformas económicas. As ZEE incluem zonas francas industriais de exportação, zonas livres e zonas de comércio externo.

O sucesso da China com as ZEE e o crescimento da sua parceria com África renovaram o interesse de muitos países africanos em desenvolvê-las (Chaponière, Perreau e Plane, 2013: 51-53). Os regimes de ZEE começaram a ser introduzidos em África na década de 1970, por exemplo, na Libéria (1970), nas Maurícias (1971) e no Senegal (1974). Hoje em dia, há cerca de 114 zonas económicas em quase 30 países na África subsariana: a maioria começou a funcionar nas décadas de 1990 e 2000 (Farole, 2011: 67). Muitos países integraram as ZEE no respetivo plano de desenvolvimento nacional e alguns, tal como a África do Sul, possuem legislação específica para as ZEE.<sup>1</sup>

Na China, as ZEE deram provas das suas potencialidades na promoção do desenvolvimento territorial. A introdução de um programa de ZEE aumenta o nível de investimentos diretos estrangeiros (IDE) *per capita* 112% no total, naquela zona, enquanto redireciona 33% dos IDE das zonas adjacentes. Além disso, a concentração de investimentos nas ZEE acelera o progresso tecnológico e faz subir os salários (Wang, 2013).

Muitas ZEE em África lutam para emular o sucesso das ZEE chinesas, áreas de mão-de-obra intensiva e orientadas para a exportação, embora seja demasiado cedo para as avaliar em pleno. A maior parte das zonas passa normalmente por um arranque lento de cinco a dez anos antes de se expandir e deparam-se com inúmeros obstáculos:

- Muitas ZEE enfrentam elevados custos de mão-de-obra, de insumos e de transporte, assim como níveis de baixa produtividade. Um inquérito feito a 91 ZEE em 20 países subsarianos verifica que estas representam aproximadamente 1 milhão de postos de trabalho, ou 0.2% do emprego total (Kingombe e Te Velde, 2012). A *Zone franche* no Madagáscar é um exemplo pertinente: o seu impacto macroeconómico inicial foi altamente significativo em termos de exportações e emprego, atingindo um pico de 100 000 postos de trabalho em 2004 (ver Capítulo 3). Mas as quotas de vestuário terminaram em 2005 e interromperam esta experiência.
- Um clima de investimento nacional fraco tem limitado os investimentos diretos estrangeiros nas ZEE (Bräutigam e Tang, 2014). Acresce ainda que a grande diferença em regulamentação e regimes fiscais para empresas orientadas para a exportação e locais dificulta as conexões e a divulgação de conhecimentos industriais. Na verdade, países como a Tunísia deparam-se com problemas na criação de mais benefícios sociais a partir do seu setor de *offshore* (BAD/OCDE/PNUD, 2014: 78).
- Outros objetivos podem interferir profundamente com as considerações económicas e influenciar a conceção de zonas. Por exemplo, na República Unida da Tanzânia, as exigências políticas influenciaram a decisão do governo de alocar uma ZEE por



território, apesar dos riscos de fornecimento em excesso do espaço industrial, do efeito de deslocamento (*crowding out*) de investimentos privados e assumir novas despesas, tais como pagamentos de compensação por terrenos (Farole, 2011). Moberg (2014) destaca igualmente os riscos de má afetação de recursos e a procura de rendas em ZEE às quais faltam instituições governamentais sólidas.

- Algumas ZEE enfrentam barreiras devido a um enfoque económico estreito sobre o seu design e a falta de coordenação e de alinhamento entre políticas, isto é, a subestimativa da natureza multidimensional intrínseca das ações focadas em lugares específicos. No Lesoto, onde as zonas geraram oportunidades de emprego relativamente abrangentes, as infraestruturas sociais locais não acompanharam o enorme influxo de trabalhadores (Farole, 2011: 99).

As lições aprendidas com a China mostram que “as zonas económicas especiais trazem crescimento caso explorem as vantagens da geografia natural e da economia” (Banco Mundial, 2009: 254). A proximidade de grandes aglomerados urbanos, áreas costeiras e boas infraestruturas permitem, portanto, ZEE dinâmicas.

### **As experiências dos corredores económicos em África foram bem-sucedidas em alguns casos**

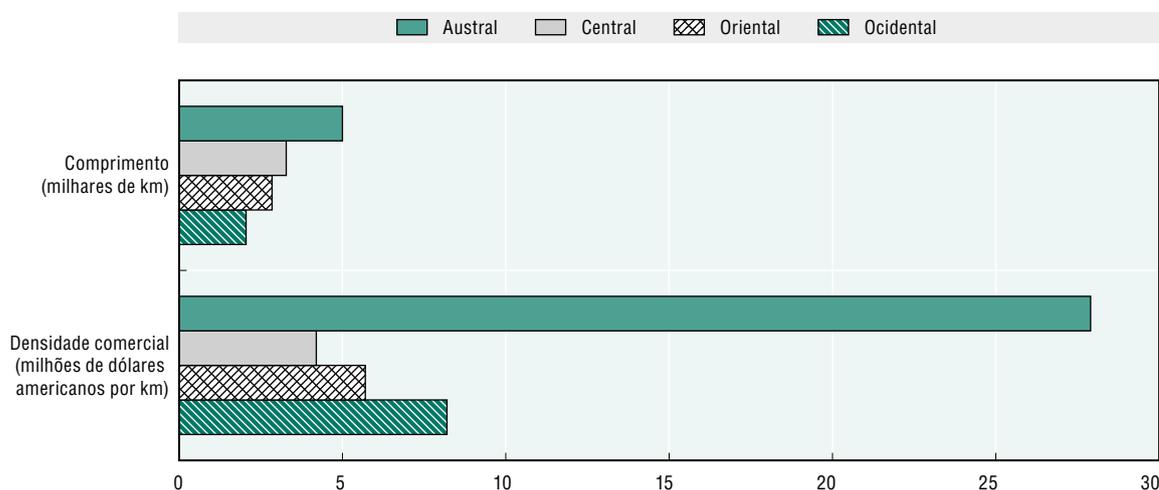
Os corredores económicos pretendem edificar instalações industriais e sociais juntamente com infraestruturas de transporte institucionais e físicas para desenvolver os territórios adjacentes. Muitas vezes, fazem-no por meio de parcerias público-privadas. Assim, os corredores económicos são um componente essencial na abordagem das potencialidades dos territórios, especialmente porque tiram proveito dos efeitos de repercussão do investimento nos setores extrativos.

Vários países identificaram os corredores económicos como um componente importante da sua estratégia de desenvolvimento territorial (inquérito aos especialistas do PEA, 2015). Os da África Austral são os mais avançados, quer em termos de comprimento, quer de densidade comercial (Figura 7.1). O Corredor de Desenvolvimento de Maputo liga a região de Gauteng, na África do Sul, ao porto de águas profundas de Moçambique, em Maputo; criado em 1996, melhora as infraestruturas ao longo de 500 quilómetros de caminho rodoviário e ferroviário e simplifica os requisitos regulamentares para travessias de fronteiras e trocas modais. O mais recente Corredor TransKalahari oferece um caminho direto de Walvis Bay e Windhoek, no centro da Namíbia, através do Botswana até Joanesburgo e Pretória. O Corredor Austral de Crescimento Agrícola da Tanzânia (SAGCOT) centra-se na agricultura e nos pequenos agricultores através de um mecanismo inovador de partilha de riscos que faz uso das parcerias público-privadas. Os países mais pequenos tiraram partido da respetiva posição geográfica estratégica para estruturar as suas principais atividades económicas ao longo dos maiores corredores, tais como o Corredor Mbabane-Manzini, na Suazilândia. Outros exemplos incluem o Corredor do Norte, no Quênia, e o Corredor Abijão-Ouagadougou.

Ao expandir os mercados, os corredores económicos podem reduzir os custos comerciais e aumentar a sua eficiência. Fora dos corredores, os comerciantes em países sem litoral suportam custos de inventário que ultrapassam os 10% do valor das mercadorias devido a perturbações dos transportes (Banco Mundial, 2013). A redução de um dia nas deslocações no interior pode aumentar as exportações em 7% – o equivalente a reduzir 1.5 pontos percentuais em todas as tarifas de importação (Freund e Nadia, 2010).



Figura 7.1. Extensão e densidade comercial nos corredores de transporte na África subsariana, 2009



Fonte: Teravaninthorn e Rabaland (2009).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933228611>

No entanto, é preciso um planeamento cuidadoso, uma vez que os corredores podem criar “efeitos de túnel”, aspirando as áreas circundantes e excluindo territórios que não possuam vantagens competitivas fortes (Losch, Magrin e Imbernon, 2013). Os corredores económicos podem eliminar empresas locais que poderiam ser competitivas ajustando as respetivas operações, mas que não têm completa noção das consequências e do funcionamento do corredor (Lafourcade e Thisse, 2008: 28). O Corredor de Desenvolvimento de Maputo trouxe algumas preocupações visto abrir a indústria da África do Sul à concorrência estrangeira sem preparação adequada nos territórios afetados. Além disso, críticas têm apontado o SAGCOT, na Tanzânia, como “orientado externamente” para benefício das elites e dos estrangeiros sem envolvimento real das partes interessadas, tais como o Ministério da Agricultura; é provável que o corredor exclua 90% dos pequenos agricultores (Byiers e Rampa, 2013: 15).

Os aspetos que se seguem são importantes afim de levar em consideração a análise dos corredores económicos para o desenvolvimento territorial:

- o número e a dimensão das economias em ambas as extremidades e ao longo de um corredor
- o nível e o tipo de procura de um corredor
- o grau de alinhamento de objetivos de políticas públicas e de instrumentos quer no interior quer entre os países em questão e os objetivos do próprio corredor
- os mecanismos para incrementar as conexões entre um corredor e as áreas locais, por exemplo através de estradas secundárias, ligações energéticas e prestação de serviços (Byiers e Vanheukelom, 2014; Byiers e Rampa, 2013; Jourdan, 2011).

**As cidades planeadas e os polos de crescimento ajudam a equilibrar as redes urbanas, mas têm de ser projetadas como parte de políticas de inclusão espacial numa maior escala**

As cidades planeadas podem ajudar a equilibrar redes de cidades, a promover centros regionais de crescimento e descongestionar as megacidades. Exemplos históricos incluem o desenvolvimento urbano ao longo da fronteira americana pelos colonos nos Estados



Unidos, a construção de Brasília no Brasil e o planeamento de cidades secundárias na China. Quase todos os países africanos promoveram o desenvolvimento de cidades dentro de novos distritos como uma maneira de efetuar o planeamento urbano. Muitos países planearam em grande medida as suas redes de cidades: por exemplo, a África do Sul equilibrou a sua rede urbana tendo a Cidade do Cabo enquanto capital legislativa, Pretória enquanto capital administrativa e Joanesburgo enquanto centro empresarial.

Com base em metas de planeamento territorial, as “novas cidades” podem ser criadas *ex nihilo* ou a partir de um pequeno aglomerado urbano (Losch, Magrin e Imbernon, 2013). Vários países planearam cidades secundárias para configurar novos polos de crescimento regional, embora tendo sucesso desigual:

- O **Togo** criou uma nova região, Kara (a região natal do falecido presidente Gnassingbé Eyadéma), como segundo polo de desenvolvimento para combater a extrema desigualdade espacial entre o sul costeiro mais rico e o resto do país. No entanto, esta política de conceção central não considerou especificidades locais. A título de exemplo, foram investidos grandes montantes no desenvolvimento da indústria têxtil de Kara, mas a produção de algodão manteve-se marginal (Nyassogobo, 2010: 94).
- **Angola** construiu recentemente um grande complexo habitacional em Kilamba, a 30 quilómetros de Luanda. O objetivo era descongestionar a capital e cumprir o compromisso nacional de construir 1 milhão de novas habitações. A natureza descendente do projeto impede-o de ter em conta a procura imobiliária real: com preços de 120 000 e 200 000 USD, estas habitações estavam muito além das possibilidades da população. A cidade era uma cidade fantasma até o governo ter concordado em oferecer subsídios para baixar os preços pela metade (McClelland, 2013).<sup>2</sup>
- O **Egito** construiu mais de 20 novas cidades desde 1974 para descongestionar a capital, Cairo. Os novos complexos habitacionais representaram 22% do investimento por parte do Ministério das Infraestruturas entre 1997 e 2011 (Banco Mundial, 2009: 224). Centraram-se em atrair investimentos, lamentavelmente ignorando a acessibilidade e os serviços locais. As novas cidades não atraíram mais do que 1% da população e o Cairo continua congestionado. Em março de 2015, o governo anunciou planos para a criação de uma nova capital administrativa dentro dos próximos cinco a sete anos (BBC, 2015).

Vários países têm criado novas capitais, algumas das quais ultrapassam já 1 milhão de habitantes. Embora esta abordagem apresente boas perspetivas para o desenvolvimento territorial, nem sempre foi multidimensional, participativa ou inclusiva:

- Em 1958, a **Mauritânia** construiu a sua capital, Nouakchott, prevendo uma capacidade inferior a 15 000 habitantes. Cresceu mais do que 9% ao ano desde 1950 e espera-se que atinja quase 1 milhão de habitantes em 2015 (UNDESA, 2014). A sua elevada densidade populacional leva a sérios congestionamentos (Pazzanita, 2008: 369).
- Em 1973, a **Tanzânia** transferiu a respetiva capital para Dodoma, uma cidade planeada mais central, de modo a equilibrar o desenvolvimento territorial. Contudo, muitos dos gabinetes governamentais originais permaneceram em Dar es Salaam, aumentando assim os custos, uma vez que o governo opera em ambas as cidades (Mosha, 2004).
- Em 1983, o presidente Houphouët-Boigny tornou Yamoussoukro (a sua cidade natal) na nova capital da **Côte d’Ivoire**, deslocando o parlamento e a administração de Abijão. O projeto atraiu críticas pois Yamoussoukro era palco de projetos de construção colossais, enquanto o país ficava para trás nos indicadores de desenvolvimento humano. O arranque progressivo da nova capital foi extremamente lento.



- Em 1991, a **Nigéria** deslocou oficialmente a capital de Lagos para Abuja. Apesar da mudança se ter revelado um grande desafio, o deslocamento das funções administrativas de Lagos acabou por permitir à Nigéria aliviar a crescente pressão sobre os serviços públicos na já em si congestionada cidade costeira (Alvergne, 2013).
- Aquando da elaboração da presente publicação, a **Guiné Equatorial** está a construir uma nova capital, Oyala, para criar um novo polo de crescimento no continente. Prevê-se que o projeto crie novos sistemas rodoviários, edifícios administrativos, infraestruturas sociais e grandes áreas residenciais até 2020 numa nova cidade de 200 000 habitantes – deslocando cerca de um oitavo da população do país. Foram, porém, referidas preocupações relativamente aos impactos sociais e ambientais do projeto (Sackur, 2012).

O historial contraditório das cidades planeadas é em grande parte explicado pelo facto de estas, muitas vezes, não pretenderem aumentar a inclusão espacial ou promover o desenvolvimento territorial. Na verdade, as cidades planeadas, por vezes, agravaram a exclusão espacial *de facto* ou de forma deliberada (Caixa 7.1).

#### Caixa 7.1. Políticas de desenvolvimento territorial e desigualdades

Embora as políticas setoriais tradicionais arrisquem em grande medida ser capturadas pelos interesses disfarçados e pelo comportamento sedento de rendas da elite, os instrumentos de desenvolvimento territorial, quando mal concebidos e implementados, podem provocar mais desigualdades. Nalguns países, as influências das elites urbanas podem trazer negligência às áreas rurais (Banco Mundial, 2009: 222). Noutros, uma influência pró-rural pode aliciar os decisores políticos a limitar a expansão urbana (Yatta, 2015). As políticas setoriais também podem favorecer territórios que apresentam melhores infraestruturas, contribuindo assim para a exclusão espacial de territórios menos desenvolvidos e assim comprometendo a coesão nacional.<sup>3</sup>

As escolhas políticas também podem refletir preferências no investimento de fundos públicos ou na canalização da ajuda dos doadores para os territórios natais de decisores políticos influentes (Posner, 2005: 96). O favoritismo regional encontra-se generalizado em muitos países africanos (Edgerton, 2002; Meredith, 2005). Tem sido um impulsionador significativo da desigualdade territorial:

- Hodler e Raschky (2014) concluem que, numa amostra de 126 países (42 dos quais em África), o território natal do atual líder político emite mais luz à noite do que os outros territórios subnacionais, indicando maior atividade económica.
- Burgess et al. (2014) revelam que os investimentos rodoviários no **Quénia** são desproporcionadamente alocados ao distrito natal do presidente e a territórios onde o grupo étnico deste prevalece. Kramon e Posner (2014) observam resultados semelhantes para outras políticas de distribuição em África.
- Sommers (2005) relata que as práticas governamentais e as ações das agências internacionais exacerbaram a distribuição desigual de recursos pelas províncias do **Burundi**, as quais foram herdadas da era colonial. Este acréscimo na desigualdade leva a disparidades visíveis entre províncias, clãs e grupos étnicos.
- Na **Tunísia**, as disparidades territoriais agravadas pelas políticas nacionais foram um dos fatores conducentes à Primavera Árabe (BAD, 2012: 12).



## As políticas direcionadas a territórios específicos podem ajudar os territórios menos desenvolvidos

As políticas direcionadas para a melhoria do bem-estar em áreas menos desenvolvidas têm sido criticadas por fazerem investimentos ineficazes e dispendiosos que constroem “catedrais no deserto” (Banco Mundial, 2009: 231). No entanto, em países fragmentados, as ações espacialmente direcionadas poderão ser uma das poucas políticas a incrementar a conexão aos mercados, fornecer serviços indispensáveis, mobilizar recursos não explorados para o desenvolvimento, reforçar a capacidade humana e fortalecer o sentimento de pertença à comunidade nacional. Particularmente, os países cujos territórios enfrentam níveis elevados de desigualdade espacial e de crescimento demográfico precisam de ações que façam face às áreas menos desenvolvidas. As atuais políticas direcionadas incluem as que se seguem:

- O Ministério dos Assuntos Federais da **Etiópia** coordena esforços governamentais em vários níveis para fortalecer a paz e a segurança, garantindo um desenvolvimento equitativo entre territórios. Nas últimas duas décadas, foram disponibilizados recursos a níveis subnacionais de governo usando uma fórmula de distribuição de bolsas mediante considerações de direito e equidade (PRDP, 2007).
- O **Gana** criou a Savannah Accelerated Development Authority (Autoridade para o desenvolvimento célere da savana) para transformar a sua zona ecológica de savana setentrional, onde 80% da população vivem na pobreza. O programa centra-se na modernização do setor da agricultura e na promoção da exploração mineira e do turismo.
- No **Mali**, o Accelerated Development Programme for the Northern Regions (Programa de desenvolvimento célere para os territórios do Norte) tenta mitigar a crise alimentar no país e reconciliar o território assolado por conflitos. Centra-se no fortalecimento das instituições, do estado de direito e da responsabilidade perante os cidadãos.
- O **Uganda** estabeleceu o Peace Recovery and Development Plan (Plano de recuperação da paz e desenvolvimento) para aproximar o território setentrional pós-conflito do resto do país. Em 2010, até 7900 hectares de terreno foram cedidos à agricultura, enquanto 670 quilómetros de estradas secundárias foram reabilitadas e cerca de 360 quilómetros de estradas de acesso local foram construídas. O governo estabeleceu ministérios subnacionais para áreas desfavorecidas, que sofrem as heranças da guerra, incluindo Bunyoro e Karamoja. Uma nova fase do plano centrar-se-á na transição da recuperação para o desenvolvimento sustentável (Nota de País PEA).

Estratégias específicas podem ajudar os territórios menos desenvolvidos a fazer um melhor uso de suas potencialidades. Contudo, para que isso ocorra, os recursos locais e os processos de desenvolvimento endógeno devem ser fomentados progressivamente, o que pode ser feito por meio da atração de investimentos diretos estrangeiros e do aproveitamento das suas conexões a montante e a jusante, entre outros. Meras compensações das desigualdades territoriais por meio de subsídios temporários parecem, muitas vezes, associadas a resultados fracos ou negativos, dando lugar à assistência, dependência e até corrupção (Caixa 7.2). O aperfeiçoamento da prestação de serviços incentiva os jovens e os instruídos a participar na economia local. Melhores sistemas de educação e de saúde também resultam numa mão de obra mais produtiva. Além disso infraestruturas locais conectivas reduzem os custos de transporte e das transações económicas.



### Caixa 7.2. Motivos pelos quais alguns territórios ricos em recursos se encontram menos desenvolvidos

Os territórios ricos em recursos naturais podem ser incapazes de se desenvolver devido ao limitado progresso tecnológico, ao bloqueio na especialização produtiva, ao decréscimo da produtividade e à concorrência entre grupos rivais no que toca a rendas. O que explica este último aspecto é o facto de que recursos naturais em abundância podem intensificar a “recompensa” pelo controlo de diversas instituições (Acemoglu e Robinson, 2013).

As rendas dos recursos naturais oferecem margem de manobra ao desenvolvimento de um sistema de patronato que fortalece as instituições extrativas (Robinson, Torvik e Verdier, 2006). As rendas são geralmente transferidas para as elites das áreas mais importantes, tais como as capitais. Assim, o patronato local pode comprometer a coesão nacional. Nos Camarões, a descoberta de petróleo elevou o crescimento económico a uma média anual de 9.4% de 1977 a 1986, ao que se seguiram décadas de declínio económico (Acemoglu e Robinson, 2015). Da mesma forma, na RDC, a região de Kantaga tem sido marcada pela pobreza, pela instabilidade política e por guerras, não obstante – ou devido – à sua riqueza em recursos minerais, tais como a bauxite e o urânio (Wrong, 2000).

A transparência e a responsabilização da administração pública frente a decisões tomadas são fundamentais no combate a alguns aspetos da economia política da chamada “maldição dos recursos” (BAD et al., 2013). A publicação de informações relativas às receitas e aos gastos das rendas dos recursos pode permitir aos cidadãos lutar contra a corrupção e a procura de rendas, nomeadamente através da Extractive Industries Transparency Initiative (Iniciativa de transparência das indústrias extrativas – EITI). De modo a canalizar os recursos de volta para as comunidades locais, os governos podem dedicar um imposto à produção de recursos para o desenvolvimento territorial. Podem igualmente encorajar a produção local para criar postos de trabalho e conexões com a economia local.

### Algumas iniciativas transfronteiriças e multissetoriais representam casos de melhores práticas

A cooperação entre comunidades em desenvolvimento que partilham águas transfronteiriças e que estão localizadas em diferentes lados de fronteiras nacionais é propícia a abordagens multissetoriais. A Autoridade para o Desenvolvimento da Bacia Hidrográfica do Senegal (OMVS) tornou-se num exemplo internacional de boas práticas para a integração regional transfronteiriça. Desde 1972, o Mali, a Mauritânia e o Senegal, e, mais tarde, a Guiné, geriram juntos o rio Senegal para produzir e distribuir energia, facilitar a irrigação e melhorar a navegação. A energia produzida pela central hidroelétrica construída no Mali é distribuída equitativamente pelos países participantes (Sy, 2009: 182).

A Comissão Internacional da Bacia Congo-Ubangi-Sangha (CICOS) criou um regime fluvial uniforme para a bacia do Congo em 1999 entre os Camarões, a República Centro-Africana, a República do Congo e a República Democrática do Congo (RDC). A CICOS promove o transporte nas vias navegáveis interiores e gere o uso sustentável da água na região.

A Nile Basin Initiative (iniciativa da bacia do Nilo) não foi tão bem sucedida. Em 1999, o Burundi, a RDC, o Egito, a Eritreia, a Etiópia, o Quénia, o Ruanda, o Sudão, a Tanzânia e o Uganda procuraram coordenar o desenvolvimento económico na bacia hidrográfica para garantir um uso sustentável da água. No entanto, seis estados a montante assinaram um acordo em 2010 para retirar mais água do Nilo para irrigação e centrais hidroelétricas, apesar do desacordo dos países a jusante.



Outras iniciativas multissetoriais, através das fronteiras, são promissoras, porém raras. Por exemplo, a Nigéria foi pioneira nas estratégias transfronteiriças para o desenvolvimento local criando acordos bilaterais com os países vizinhos em 1988 para que pudessem enfrentar os problemas em conjunto, assim como maximizar os benefícios comuns. Em 2002, o presidente do Mali, Alpha Omar Konaré, criou o conceito de *pays-frontière*, que se refere a, pelo menos, dois países que partilham fronteiras e conexões socioculturais e económicas. O objetivo por trás do conceito foi a construção de sistemas de gestão comuns entre territórios vizinhos (Diarrah, 2002: 6). A Caixa 7.3 revela exemplos de iniciativas transfronteiriças desse género.

### Caixa 7.3. Boas práticas de iniciativas multissetoriais transfronteiriças na África Ocidental

A África Ocidental apresenta uma série de iniciativas transfronteiriças bem-sucedidas, que fomentam o desenvolvimento territorial, incluindo as duas apresentadas a seguir.<sup>4</sup>

A CEDEAO lançou um programa de cooperação através das fronteiras para aquele território conhecido por **SKBo**, em que as comunidades de diferentes nacionalidades partilham escolas, centros de saúde e estações de rádio rurais. O SKBo abrange – e recebe o nome – das cidades de Sikasso (Mali), de Korhogo (Côte d’Ivoire) e de Bobo Dioulasso (Burkina Faso). Essas são cidades médias cujas economias se baseiam principalmente na gestão da produção rural. Atualmente, as principais atividades económicas que lá se desenvolvem são a produção de algodão em grande escala, a horticultura, a arboricultura e os produtos alimentares, especialmente os cajus, os citrinos, as batatas e as mangas. Para aumentar a produtividade, o SKBo promove a tração animal, os insumos agrícolas (isto é, por meio de um programa de pesticidas e outro de sementes, fertilizante e ração) e a formação de agricultores. O comércio encontra-se no coração do SKBo, respeitando a tradicional ligação das principais rotas comerciais às identidades culturais e religiosas. O SKBo diversificou a produção rural e aumentou a rendibilidade e o comércio aproveitando a identidade local e as características naturais da terra (ARFE, 2012).

O **Parque regional W**, uma reserva natural, é gerido conjuntamente pelo Benim, o Burkina-Faso e o Níger através do programa Ecossistemas Protegidos na África sudano-saheliana (ECOPAS) desde 2001 (Igue e Zinsou-Klassou, 2010: 17). Este parque constitui a última área protegida de vida selvagem em savana na África Ocidental. O ECOPAS procura preservar a biodiversidade, oferecendo formação profissional à população indígena e disponibilizando consultoria às comunidades locais. O programa desencadeou atividade económica através do ecoturismo e do turismo cultural, criando postos de trabalho para a preservação e manutenção do parque. O ECOPAS fomentou igualmente microprojetos nas áreas circundantes do parque, nomeadamente plantando árvores nativas e gerindo os recursos hídricos (SWAC/OCDE, 2005).

### Certas políticas têm um forte impacto territorial, mas não podem substituir as políticas de desenvolvimento territorial

As políticas territoriais não funcionam isoladamente e por isso devem ser coordenadas com um vasto grupo de políticas que afetam fortemente o desenvolvimento nas diversas escalas geográficas (territórios, lugares, regiões transfronteiriças, etc.), estruturando assim opções de desenvolvimento de médio e longo prazo. Enquanto as políticas setoriais implementam padrões decididos nacionalmente e que não levam em consideração as particularidades locais (pelo menos em teoria), as políticas territoriais são específicas para cada contexto. Essas últimas têm como objetivo otimizar os recursos locais específicos e melhorar a qualidade de vida das comunidades por meio da adaptação de políticas públicas locais e nacionais.



A maioria dos países do mundo, bem como organizações internacionais, dividem as responsabilidades apenas por setor. Ministérios da educação, da saúde, das infraestruturas, das finanças, do planeamento, do ambiente, da agricultura e outros estão encarregados, cada qual, dos respetivos assuntos em todo o território. Da mesma forma, os doadores e os seus projetos de financiamento encontram-se organizados por setor. Embora seja eficiente na organização de políticas, o prisma setorial pode impedir a resolução eficaz de problemas e o desenvolvimento territorial:

- As políticas setoriais por si só não conectam diretamente os diferentes territórios, partes interessadas ou as diferentes dimensões do desenvolvimento que são, por elas, afetadas. Tendem, especialmente, a negligenciar os conhecimentos, as aspirações, os recursos e as dinâmicas locais. Um exemplo pertinente é a dificuldade de inclusão da “economia informal” nas estratégias de geração de emprego, que são normalmente direcionadas à “economia formal” (BAD et al., 2012).
- Os ministérios setoriais tendem a intervir ao longo das fronteiras administrativas, em vez de se centrarem nas áreas funcionais em que as atividades socioeconómicas se desenrolam *de facto*.
- Sem uma estreita coordenação, as políticas setoriais implementadas de “cima para baixo” podem resultar na duplicação de projetos, algo que poderia ser evitado pela consulta das comunidades locais. Ademais, as políticas de um ministério podem ir de encontro às ações de outro ministério.<sup>5</sup> A concorrência interministerial transtorna ainda mais a coordenação de políticas públicas.
- Os prismas setoriais têm tendência a limitar a ação a alguns instrumentos específicos, independentemente da complexidade dos problemas. Um estudo revelou, por exemplo, que, de 30 países africanos que prepararam um Poverty Reduction Strategy Paper (documento de estratégia para a redução da pobreza – PRSP) com o apoio do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, apenas três países – o Djibouti, a Guiné e o Senegal – possuem estratégias urbanas com orçamentos relativamente bem definidos. A maioria dos PRSP dos países africanos estrutura-se em torno das temáticas da governação, do crescimento económico e das infraestruturas (Paulais, 2012: 75).

A promoção de uma abordagem territorial bem como o desenvolvimento de estratégias territoriais são formas de “descompartmentalizar” as políticas existentes a fim de utilizar todas as potencialidades das dinâmicas espaciais e dos recursos territoriais africanos (Losch, Magrin e Imbernon, 2013). A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África empenha-se nesse sentido com o lançamento do novo programa Futuro Rural, que pretende reconectar o desenvolvimento rural e local no seio de uma perspetiva territorial para assim fomentar a transformação estrutural em países africanos (NEPAD, 2010).

No entanto, visto que África tem uma experiência ainda breve de políticas territoriais e que as iniciativas como o programa Futuro Rural estão na sua fase inicial, surge a questão: será que os governos pelo menos melhoraram as políticas setoriais com um forte impacto territorial, preparando assim o terreno para uma ação mais estratégica nos níveis local e regional? A secção seguinte trata de duas das políticas mais relevantes neste aspeto, em termos de impacto territorial: as infraestruturas e a descentralização.



## As infraestruturas têm de ser mais rapidamente desenvolvidas para reduzir a fragmentação territorial

A expansão das infraestruturas é fundamental para o fomento do desenvolvimento territorial e da inclusão espacial (BAD, 2014). Houve esforços para o desenvolvimento em vários setores, com iniciativas no setor dos transportes e no das tecnologias de informação e comunicação e nas políticas energéticas.

Para consolidar as numerosas iniciativas continentais num único regime coerente, foi estabelecido o Programme for Infrastructure Development in Africa (Programa de desenvolvimento de infraestruturas em África) em 2010. É liderado pela Comissão da União Africana, o Secretariado da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África e o Banco Africano de Desenvolvimento. Juntos, desenvolveram uma visão e quadro estratégico para os três setores fundamentais abaixo.

O Diagnóstico das Infra-estruturas em África Orientado por País (2011) estima que a resolução das necessidades de infraestruturas em África exija 93 mil milhões de USD por ano e o défice de financiamento encontra-se nos 31 mil milhões de USD por ano (Foster e Briceño-Garmedia, 2010).<sup>6</sup> Os países ricos em recursos podem jogar com as rendas para financiar tais projetos, mas muitos governos, especialmente os dos estados frágeis, talvez não possam fazê-lo.

## As redes de transportes podem contribuir para o fortalecimento das conexões entre territórios

No setor dos transportes, os esforços centraram-se em melhorar os corredores, os portos, as redes ferroviárias e o transporte aéreo. Os corredores transnacionais foram alargados para ligar o interior aos portos internacionais, como no caso dos nove corredores do projeto Rede Rodoviária Transafricana levado a cabo pela Comissão Económica das Nações Unidas para África, o Banco Africano de Desenvolvimento e a União Africana. Foram encetados esforços para a redução dos procedimentos de trânsito, a corrupção e os atrasos. Os 44 países que liberalizaram o seu espaço aéreo na sequência da Decisão de Yamoussoukro, em 1999, aumentaram 40% a frequência de partidas, em comparação com aqueles regidos por sistemas restritivos (Abate, 2013). Em geral, 60% dos 37 países africanos analisados pelo Índice de Desempenho Logístico do Banco Mundial melhoraram o seu desempenho entre 2010 e 2014.

O melhoramento das infraestruturas de transportes para o desenvolvimento territorial permanece um desafio. Apenas foram estabelecidas redes centralizadas, onde o tráfego tem ligação com alguns centros principais no Norte de África e na África Austral (Ranganathan e Foster, 2011). O funcionamento e a manutenção das infraestruturas de transporte existentes na África subsariana vão exigir 9.4 mil milhões de USD por ano, além dos 8.8 mil milhões de dólares por ano em despesas de capital (Foster e Briceño-Garmedia, 2010: 7).

## As infraestruturas das tecnologias de informação desenvolveram-se rapidamente

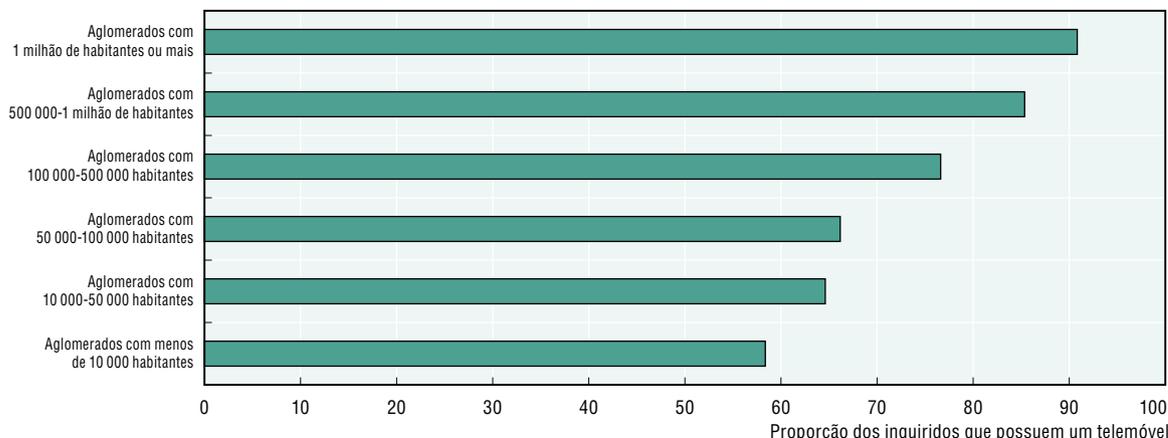
As infraestruturas africanas para as tecnologias de informação e de comunicação evoluíram depressa (BAD et al., 2009). Os governos assinaram acordos internacionais para reduzir as tarifas de *roaming*, incluindo o Quênia, o Ruanda e o Uganda em janeiro de 2015.

A nível regional, a expansão do acesso à Internet de banda larga para os países sem litoral continua a ser o maior desafio, pois exige que se criem ligações através das fronteiras com países costeiros.



O acesso a telemóveis é comparável com o de outros territórios em desenvolvimento, embora haja uma grande disparidade entre os grandes aglomerados urbanos e as áreas mais dispersas em África. O continente encontra-se na liderança global no uso de pagamentos por telemóvel. Os resultados da Gallup Poll mostram que o acesso a telemóveis normalmente é menor em áreas menos povoadas (Figura 7.2).

Figura 7.2. Acesso a telemóveis por dimensão da população dos aglomerados em África



Fonte: Cálculos dos autores baseados na Gallup World Poll (2013).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228626>

### Não obstante algumas iniciativas, a cooperação energética mantém-se limitada

No setor energético, os países desenvolveram infraestruturas transnacionais de três grandes formas:

- **Os programas de interconexão de energia** pretendem reunir vários mercados energéticos para reduzir os custos, equalizar as cargas e aumentar a estabilidade por meio da expansão dos mercados. Entre estes encontram-se a interconexão elétrica do Western Power Corridor (corredor energético ocidental) entre Angola, o Botswana, a RDC, a Namíbia e a África do Sul; o West African Gas Pipeline (gasoduto da África Ocidental) que liga o Benim, o Gana, a Nigéria e o Togo; e a interconexão elétrica Benim-Gana-Nigéria-Togo.
- **Os grupos energéticos** emergiram para tornar a eletricidade mais acessível às comunidades rurais e coordenar o desenvolvimento da energia elétrica. Existem principalmente na África Austral e Ocidental, bem como no Mercado Comum da África Oriental e Austral. O COMESA, o Central Africa Power Pool (grupo energético da África Central) e o Comité Maghrébin de l'électricité (comité magrebino da eletricidade) criaram redes e mercados elétricos comuns.
- A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a SADC lançaram **projetos de reforço de capacidades e facilitação** para as infraestruturas energéticas. O Eastern African Power Pool e o Central African Power Pool (grupo energético da África Oriental e Central, respetivamente) estão a planear programas semelhantes.



Não obstante este progresso, a cooperação energética regional permanece limitada:

- As suas **potencialidades foram exploradas de forma desigual**. O Southern Africa Power Pool (grupo energético da África Austral) representa a maioria do comércio de eletricidade na África subsariana, com 5.3 terawatts-hora de eletricidade comercializados em 2012-13 (SAPP, 2013). A África do Sul exporta energia suficiente para fazer face a quase toda a procura do Botswana e quase metade da da Namíbia. O comércio de energia elétrica também se encontra em crescimento entre a Côte d'Ivoire e o Gana, o Djibouti e a Etiópia, bem como entre o Uganda e o Quênia.
- **As infraestruturas para a transmissão da energia elétrica mantêm-se pouco desenvolvidas** mesmo nos grupos energéticos da África Austral. Noutros territórios, a capacidade limitada para a produção de eletricidade e a falta de financiamento impede que as redes regionais se expandam.
- **A falta de cooperação** entre empresas de serviços de utilidade pública estatais prejudica gravemente o comércio de eletricidade intraterritorial uma vez que pode afetar a fiabilidade do fornecimento, causando, assim, problemas aos países importadores que dele dependem (AIE, 2014: 180).
- **A instabilidade política** ameaça o desenvolvimento das infraestruturas e necessita de maior coordenação entre os países que partilham energia para assegurar o fornecimento. O West African Gas Pipeline para o Benim, o Gana e o Togo foi fechado durante quase um ano devido a um ataque pirata em 2012.

### Caixa 7.4. Expansão do acesso a eletricidade e água a áreas pobres

Muitos países africanos foram bem sucedidos na implementação de planos para o fornecimento de eletricidade a famílias e territórios pobres. A Côte d'Ivoire, por exemplo, aumentou a proporção da sua população rural com acesso a eletricidade de 29% em 2012 para 37% em 2013 (Nota de País PEA). Alguns países, incluindo o Botswana, estão a fazer experiências com fontes de energia renováveis, tais como a solar, para fornecer energia elétrica em áreas remotas a um custo mais baixo. No entanto, há preocupações no sentido de os programas à escala nacional deverem ser mais inclusivos: o quintil de rendimento mais rico capta cerca de 45% dos subsídios energéticos diretos e o quintil inferior recebe apenas 8% (FMI, 2013). Os programas universais que oferecem subsídios para uso utilitário aplicam-se apenas a utilizadores que já possuem acesso e excluem os mais pobres em áreas sem cobertura elétrica e aqueles que não podem arcar com o custo das despesas de ligação.

O programa de *branchements sociaux* (ligações sociais) do Níger começou em 2002 e trata-se de um programa africano exemplar direcionado aos pobres. O programa subsidiava a ligação de água para famílias elegíveis em áreas urbanas pobres com base nas características da habitação. O programa revelou-se um sucesso visto que a taxa de utilização cumpriu os objetivos do plano de cinco anos em apenas um ano e meio (Tsimpo e Wodon, 2009).

Outros países africanos como Moçambique e a Zâmbia estão a tentar reproduzir o programa Luz para Todos do Brasil (ver Capítulo 8). O programa transferiu uma parte dos custos de instalação elétrica que antes era paga pelos consumidores para os governos Federal, Estaduais e concessionários. Tal programa deu acesso a energia elétrica a cerca de 15 milhões de pessoas por todo o país.



## As descentralizações política, administrativa e fiscal estão a evoluir e poderão promover o desenvolvimento territorial inclusivo

Uma melhor mobilização dos recursos locais para acelerar a transformação estrutural dos países africanos exige decisões políticas de base local eficientes e efetivas. Assim, o nível de capacitação das partes interessadas locais, que é função das possibilidades oferecidas pelos sistemas de governação, tem influência sobre o desenvolvimento territorial e a inclusão espacial.<sup>7</sup> A maioria dos especialistas inquiridos para o PEA encaram a descentralização como uma das três áreas políticas com mais potencialidades para promover o desenvolvimento territorial.<sup>8</sup> Na verdade, a descentralização reúne largo consenso, especialmente enquanto meio de melhorar o acesso a serviços básicos (Ahmad et al., 2005). A descentralização tem significados diferentes: o presente relatório entende-a como um processo para a capacitação dos atores locais, contendo assim o comportamento competitivo e sedento de rendas das elites, e para a transferência de poderes e recursos do governo central para os níveis inferiores.<sup>9</sup> Uma descentralização eficaz engloba três partes: política, administrativa e fiscal. A presente secção revela que, na maioria dos países africanos, a descentralização fiscal não foi alcançada na mesma medida que a descentralização política, limitando, assim, as possibilidades de as comunidades locais mobilizarem as suas potencialidades económicas.

### A maioria dos governos centrais adotou a descentralização política

A descentralização política ocorre sobretudo sob a forma de organização de eleições locais e transferência de responsabilidades para os governos locais, de modo a responsabilizar os decisores políticos locais (Elroy Africa, 2012: 18). Na maioria dos países, o número de entidades subnacionais cresceu substancialmente desde a década de 1990 e todo o território se encontra agora organizado em autoridades locais eleitas (Tabela 7.1). A descentralização política avançou enormemente desde a década de 1990. Dos poucos países africanos que ainda não sofreram descentralização, a maior parte tem planos de o fazer.<sup>10</sup>

Tabela 7.1. Importantes marcos de descentralização no processo de decisão política africano

1983	A Nigéria introduz governos locais eleitos e devolve os poderes principais.
1986	Marrocos implementa uma série de reformas constitucionais capacitando os governos subnacionais.
1991	A Etiópia institucionaliza um quadro de autonomia no nível subnacional.
1995	A constituição do Uganda e mais tarde o <i>Local Government Act</i> (1997) consagram a descentralização.
1996	O Senegal aprova uma lei de descentralização, englobando 434 governos locais.
1996	A constituição pós-apartheid da África do Sul coloca os municípios no centro do desenvolvimento local.
1998	A Local Government Reform Agenda implementa a "descentralização por devolução".
2000	O Benim (2002), o Níger (2004) e o Burundi (2005) têm as primeiras eleições locais.
2010	O Quênia decide, em referendo, eleger distritos.
2012	A Libéria lança a política nacional relativa à descentralização e à governação local.

A descentralização administrativa refere-se ao deslocamento de funções administrativas e responsabilidades executivas para níveis inferiores de governação. Apenas a África do Sul e o Uganda apresentam níveis elevados de descentralização administrativa; em 30 países africanos, 10 apresentam um nível moderado (Elroy Africa, 2012: 19). O Togo, em particular, não transferiu responsabilidades do governo central para o local, não obstante o estatuto legal de autonomia administrativa e financeira (Banco Mundial, 2015). Ainda assim, foram feitos progressos consideráveis em matéria de descentralização administrativa em África: a maior parte dos países estabeleceram um conjunto de organismos administrativos subnacionais encarregados de planear, apoiar, monitorizar e administrar a ação pública (USAID, 2010).



### Caixa 7.5. Descentralização na Etiópia

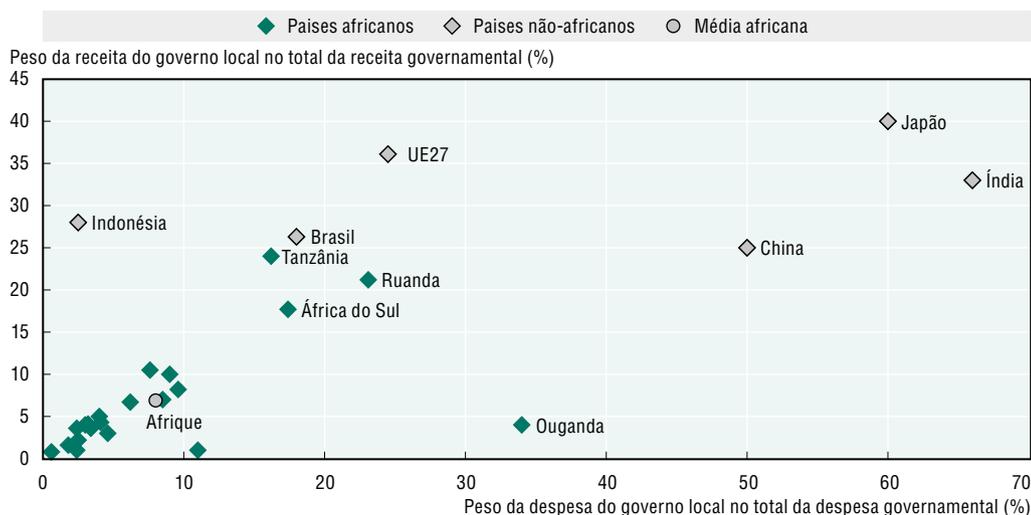
A Etiópia foi bem sucedida na implementação da descentralização política, administrativa e fiscal devolvendo responsabilidades aos governos locais (chamados *woredas*) e aumentando a sua autonomia financeira. A descentralização melhorou consideravelmente a prestação de serviços locais na educação, no saneamento e na saúde, especialmente em regiões pobres, apesar das restrições de capacidade ainda restantes dos governos locais. A colaboração com organizações locais, tais como associações de pais e professores, ajudou a ajustar os serviços públicos à procura local. Por exemplo, o uso das línguas locais nas escolas primárias aumentou a assiduidade (Garcia e Rajkumar, 2008: xv-xvi, 7-8).

As reformas recentes aumentaram a transparência financeira e a responsabilização. Permitiram à população local responsabilizar os governos e monitorizar o acesso a serviços básicos de qualidade com *feedback* para os prestadores de serviços. Os planos de ação conjunta foram desenvolvidos através de representantes governamentais e membros da comunidade e contribuíram significativamente para a melhoria dos indicadores sociais, especialmente de saúde, educação, saneamento e agricultura (inquérito aos especialistas do PEA, 2015).

### O progresso rumo à descentralização fiscal é demorado

A descentralização fiscal é a transferência de recursos financeiros e de poderes geradores de rendimentos para os governos subnacionais (Elroy Africa, 2012: 18ff). As receitas e as despesas do governo local estão muito abaixo das médias internacionais. Em África, em média, o peso da receita do governo local é 7% do total das receitas conjuntas dos governos local, regional e nacional, e o peso da despesa local é 8% do total de despesas (Figura 7.3).<sup>11</sup> Num extremo da balança, os governos locais do Egito, de Moçambique e do Togo representam menos de 2% do total das receitas do governo (Yatta, 2015: 14). No outro extremo, os governos locais do Ruanda, da África do Sul e da Tanzânia representam mais de 16%.

Figura 7.3. Peso do governo local no total da receita e da despesa governamental



Nota: O total da receita e da despesa governamental engloba as receitas e as despesas de todos os níveis de governo existentes, isto é, local, regional e nacional.

Fonte: Cidades e Governos Locais Unidos (2010); Yatta (2015); Paulais (2012); FMI (2014).

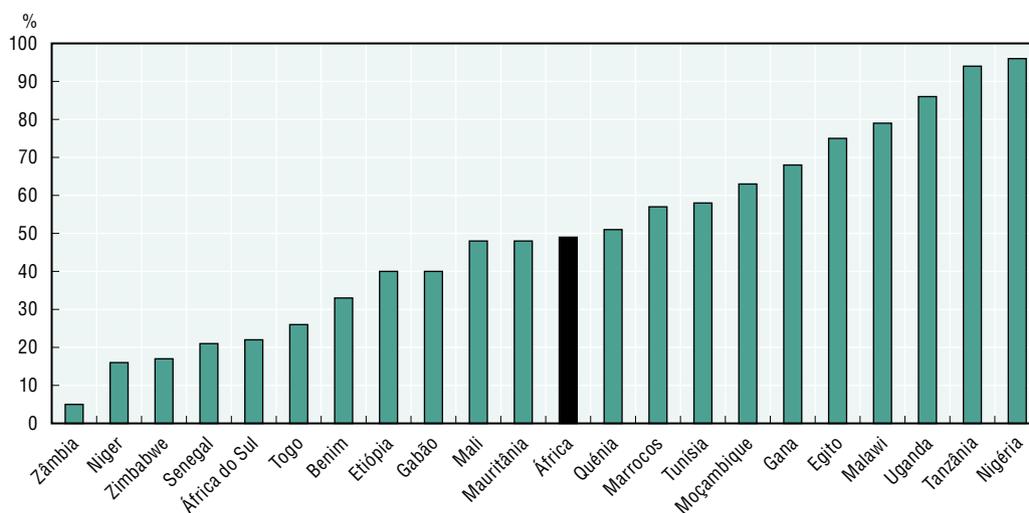
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228634>



A descentralização fiscal limitada explica em parte a escassez de investimento nas economias locais. Em média, um presidente da câmara africano dispõe de 1 000 vezes menos recursos do que o seu homólogo europeu, não obstante as necessidades mais urgentes (Cour, 2015). Assim, os governos locais têm pouca capacidade para investir em serviços e em infraestruturas locais, enquanto a maior parte da mão-de-obra informal depende fortemente dos investimentos públicos locais para levar a cabo as respetivas atividades em espaços públicos, por exemplo ao longo das estradas ou nos passeios.

Na verdade, a maioria dos governos locais depende fortemente de transferências do governo central, que têm sido criticadas de um modo geral por não serem territorialmente progressivas e por limitarem a capacidade dos governos locais investirem de forma eficiente (Banco Mundial, 2009: 249; OCDE, 2009). Os governos locais recebem pouco dos impostos locais e partilhados, mesmo em países descentralizados como a Tanzânia ou o Uganda ou em países federais como a Nigéria (Figura 7.4). A falta de poderio financeiro dos governos locais significa que estes não têm a capacidade de otimizar os recursos regionais, garantir a apropriação local ou implementar políticas multissetoriais e de base local.

Figura 7.4. Transferências do governo central como proporção dos orçamentos locais em países africanos selecionados



Fonte: Yatta (2015); Cidades e Governos Locais Unidos (2010).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228641>

Uma melhor governação local também significa mais transparência. Uma governação local transparente apresenta muitas vantagens para o desenvolvimento territorial. Será independente dos diversos sistemas políticos – centralizados ou federais – e do tipo de descentralização em que os países participam:

- O aperfeiçoamento da governação local pode melhorar a coordenação entre os níveis de governo, os atores não estatais e a comunidade internacional, podendo, assim, ajudar a articular as políticas setoriais (Demante e Tyminsky, 2008: 18).<sup>12</sup>
- Com frequência, os governos locais sabem melhor quais as preferências e os recursos locais (Yatta, 2015: 12).<sup>13</sup>
- A governação local pode incluir organizações da sociedade civil local e líderes tradicionais e novos, o que é essencial para uma governação democrática dinâmica e para permitir uma implementação eficaz das políticas num contexto africano (Sy, 2009). Uma estrutura de autoridade mais participativa poderia gerir melhor os



conflitos, uma vez que favorece processos decisórios consensuais, o que, com toda a probabilidade, melhora acessibilidade e a participação (Logan, 2011: 4; Sy, 2009). Num inquérito do Afrobarómetro a 16 países, 46% dos inquiridos consideram os líderes da comunidade recetivos às necessidades das populações, enquanto apenas 30% consideram os vereadores do governo local recetivos e 20%, os membros do parlamento. De entre os inquiridos, 50% encaram os líderes tradicionais como tendo alguma ou muita influência sobre a governação das comunidades locais e 57% acreditam que a sua influência deveria aumentar (Afrobarómetro, 2008).<sup>14</sup>

A falta de capacidade local e de transparência são os principais desafios da governação descentralizada. A corrupção é um problema universal e os funcionários locais parecem ser-lhe especialmente suscetíveis (Paulais, 2012: 40). Os eleitores em distritos rurais e urbanos pobres não possuem a instrução e a capacidade necessárias para aceder e influenciar os vereadores distritais (Cabral, 2011: 8; Koelbe e Siddle, 2012; Yatta, 2015: 12). Na ausência de mecanismos de responsabilização adequados, as elites podem usar as eleições locais para manter o domínio do poder nas suas famílias. Na Serra Leoa, uma variedade de resultados relativos ao desenvolvimento são menores em locais onde as famílias regentes tradicionais tomaram posse dos recursos (Acemoglu, Reed e Robinson, 2013).

### Caixa 7.6. Os principais atores da descentralização e do desenvolvimento local e urbano em África

**Instituto Africano da Governação (IAG).** Desenvolvido a partir de discussões entre a Comissão da UA e o Escritório Regional para África do PNUD, trata-se de um centro de diálogo para a promoção da boa governação em África. Com sede no Senegal, organiza encontros e publica conclusões de investigações.

**Conferência Ministerial Africana relativa à Habitação e ao Desenvolvimento Urbano (AMCHUD).** Foi criada em 2005, em Durban, enquanto mecanismo consultor para a promoção do desenvolvimento sustentável dos povoamentos humanos sob a alçada da UA. A AMCHUD reúne ministros africanos da habitação e do desenvolvimento urbano e lida com a urbanização, o acesso a serviços públicos locais básicos, o ordenamento do território, as alterações climáticas e o desenvolvimento económico.

**Africidades.** Este grupo organiza cimeiras em que os atores locais e os seus parceiros internacionais se encontram, incluindo ministros do governo local, autoridades locais e funcionários eleitos, governos centrais, organizações da sociedade civil, investigadores e representantes do setor privado. O Africidades organizou seis cimeiras desde a sua fundação: em Abijão (1998), Windhoek (2000), Iaundé (2003), Nairóbi (2006), Marráquexe (2009) e Dakar (2012). A cimeira de Dakar intitulada Construir África a partir dos seus Territórios atraiu cerca de 5000 participantes.

**Conferência Africana da Descentralização e do Desenvolvimento Local (CADDEL).** Agrupa ministros africanos da descentralização e do desenvolvimento local. A CADDEL foi criada na segunda cimeira do Africidades e desde 2007 é reconhecida enquanto comité técnico especial da UA. O Dia Africano da Descentralização e do Desenvolvimento Local é assinalado em todos os estados membros da UA sob os auspícios da CADDEL desde 2011.

**Aliança para a Reconstrução da Governação em África (ARGA).** Saída da rede de 2003, Diálogos sobre a Governação em África: Descentralização e Integração Regional, estimula os debates entre atores africanos e não africanos acerca da gestão de assuntos públicos e da governação, através de trocas, grupos de ação e oficinas temáticas.



### Caixa 7.6. Os principais atores da descentralização e do desenvolvimento local e urbano em África (cont.)

**Commonwealth Local Government Forum (CLGF).** Criado em 1995, inclui ministérios de descentralização e governo local e os próprios governos locais de 53 países anglófonos. Promove a descentralização através do reforço de capacidades, da aprendizagem entre pares, da partilha de informações e experiência e da investigação relativa à implementação da descentralização em África.

**Global Local Forum (GLF).** Fundado em 2008 enquanto grupo de reflexão para ajudar o desenvolvimento mútuo entre os territórios, conta com 32 estados membros por todo o mundo, muitos deles em África. Pretende aproximar e encorajar a troca de ideias territoriais para moldar a ajuda internacional ao desenvolvimento e o diálogo entre territórios.

**Associação Internacional de Presidentes Francófonos de Câmaras Municipais (AIMF).** Fundada em 1979 enquanto rede de cidades francófonas e respetivas associações com base em valores comuns, esta associação promove uma melhor governação das cidades e troca de experiências, mobiliza conhecimentos de planeamento territorial francófono e financia projetos de desenvolvimento. Engloba a maioria das capitais e das grandes cidades africanas dos países francófonos.

**Cidades e Governos Locais Unidos em África (CGLUA).** Esta divisão africana da organização mundial Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) foi fundada em 2005 com o propósito de construir “a unidade africana e impulsionar o desenvolvimento de África a partir da base”. Organiza a cada dois ou três anos a cimeira Africidades.

## A prevalência de ângulos políticos mortos impede estratégias de desenvolvimento efetivas e exige novas ações

Os instrumentos políticos territoriais, o desenvolvimento de infraestruturas e a descentralização deram origem quer a êxitos, quer a fracassos na promoção do desenvolvimento territorial. Podem e devem tornar-se mais eficazes, adotando, por exemplo, um quadro político coerente para as políticas territoriais, coordenando políticas setoriais fundamentais com políticas territoriais, e criando assim estratégias mais participativas que tenham em conta as múltiplas dimensões das práticas locais e das perspetivas de desenvolvimento. O caminho para a obtenção de estratégias de desenvolvimento mais eficazes é, porém, longo. Assim, é importante construir e usar painéis de avaliação. As estatísticas e os conhecimentos acerca dos territórios ainda são muito pouco adequados para que os decisores políticos consigam compreender as dinâmicas territoriais africanas em constante mudança, referidas no Capítulo 6.

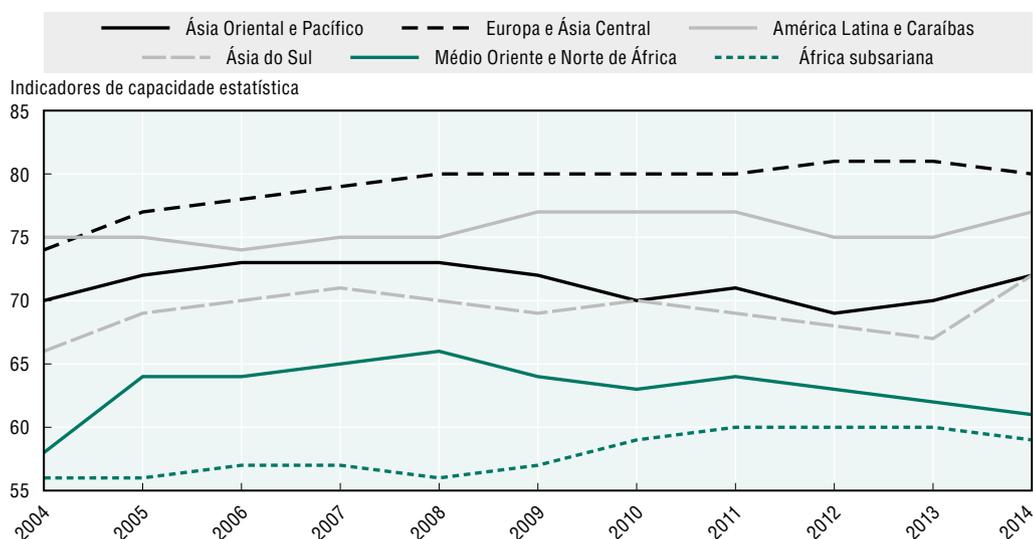
### Estatísticas inadequadas prejudicam o processo de decisão política

#### Limitações das estatísticas nacionais e subnacionais

Os governos muitas vezes têm uma carência de estatísticas e de conhecimentos adequados das suas economias territoriais, o que prejudica que ações governamentais sejam adequadas, já que para tal é necessário uma “política de grandes números” (Desrosières, 2000). Embora as infraestruturas estatísticas tenham melhorado nos anos mais recentes, mantêm-se menos abrangentes e frequentes do que noutras regiões, em especial em África subsariana (Figura 7.5). Os primeiros censos realizados em três décadas no Djibouti, na Libéria e no Togo, entre outros, trouxeram a exigência de um “renascimento estatístico” africano (Kiregyera, 2013).



Figura 7.5. Capacidade estatística dos países em desenvolvimento em certas regiões, 2004-14



Fonte: Banco Mundial (2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228656>

Apesar da melhoria das estatísticas em África discutida anteriormente, essas ainda são frequentemente limitadas e pouco fiáveis, sejam aquelas baseadas nos censos, seja o produto interno bruto (PIB) ou os registos administrativos. Alguns especialistas continuam a referir-se à “tragédia estatística” africana (Devarajan, 2013; Jerven 2013). Os atrasos na coleta e no tratamento dos dados reduzem significativamente a sua fiabilidade. Ao longo dos últimos 30 anos, 7 países não efetuaram nenhum censo de população e habitação e 19 países não conseguiram realizar o seu censo regularmente a cada 10 anos (ONU, 2010). O tempo médio para a conclusão dos valores do PIB na África subsariana é cerca de um ano e meio (AGNA, 2013: 4). Faltam outros registos administrativos básicos; por exemplo, 56% das crianças com idades inferiores a cinco anos na África subsariana não possuem certidão de nascimento (UNICEF, 2013: 15).

As estatísticas subnacionais encontram-se limitadas a poucas variáveis básicas, que são insuficientes para a compreensão das economias regionais. Em grande medida, apenas os censos, os inquéritos às famílias, os inquéritos agrícolas e os registos civis e as estatísticas vitais reúnem dados subnacionais. Devido a orçamentos limitados, pouca capacidade e uma sobrecarga de deveres, a maioria dos gabinetes estatísticos nacionais não consegue construir estatísticas subnacionais, além de bases de dados nacionais. O financiamento por parte das organizações internacionais dá normalmente prioridade a dados comparáveis internacionalmente, mas as definições dos conceitos e das unidades de análise são, muitas vezes, problemáticas a nível subnacional. Por exemplo, os dados relativos à exploração agrícola não abrangem indivíduos, especialmente agricultores sem terra. Os países usam muitas vezes diferentes métodos de estimativa, limitando, portanto, a comparabilidade dos resultados. Por fim, o enfoque das organizações internacionais muda conforme a evolução das agendas internacionais, por exemplo, a redução da pobreza, as alterações climáticas ou a desigualdade, tornando difícil manter uma base estável de indicadores fulcrais.<sup>15</sup>

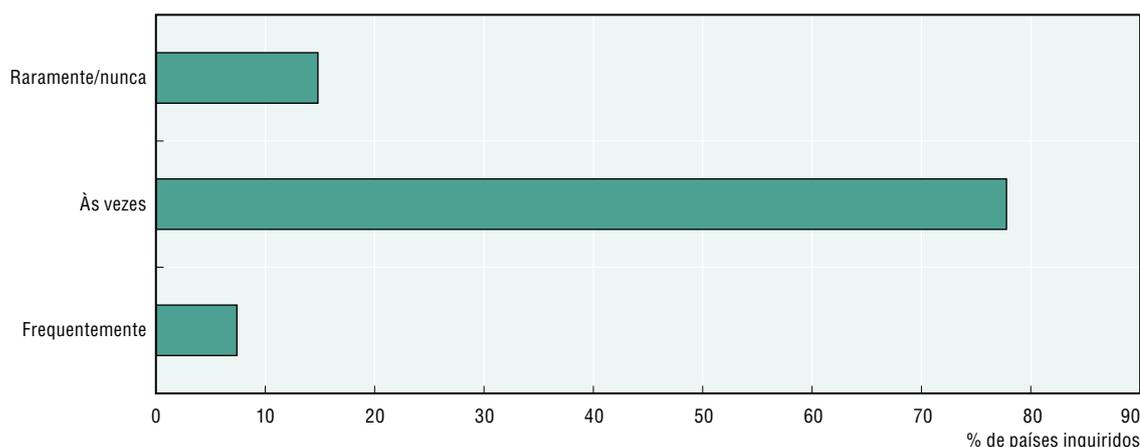


### Ângulos mortos das estatísticas

As limitações que afetam as estatísticas em África prejudicam o conhecimento da abrangência dos rendimentos, da habitação e das atividades agrícolas nas áreas rurais. Existem muitos estudos de caso das dinâmicas rurais, dos sistemas agrários e de agricultura familiar, mas estatísticas acerca do rendimento rural são mais raras. Os sistemas de dados englobam sobretudo a produção agrícola e não atividades agrícolas familiares. Os inquéritos do Banco Mundial, enquanto parte integrante do *Living Standards Measurement Study* (estudo de medição da qualidade de vida – LSMS) contra a pobreza apenas se referem a alguns países. Os inquéritos centram-se principalmente nos gastos das famílias e não nos seus rendimentos, além de muitas vezes levarem em consideração apenas famílias urbanas, deixando de lado as rurais. Só o inquérito RIGA da Organização para a Alimentação e a Agricultura e do Banco Mundial se debruça especificamente sobre a criação de rendimento rural (Carletto et al., 2007). Contudo, apenas engloba seis países africanos.<sup>16</sup> Os inquéritos às famílias rurais realizados em 2008 pelo programa RuralStruc no Norte de África e em diversas zonas da África subsariana revelaram que a atividade agrícola era sólida e a diversificação abrangente, com algumas exceções. No entanto, revelaram também os baixos retornos de muitas atividades não agrícolas (Losch, Fréguin-Gresh e White, 2012).

Como resultado de tais limitações, os decisores políticos nacionais raramente usam as estatísticas rurais e urbanas (Figura 7.6).

Figura 7.6. Frequência do uso de estatísticas rurais ou urbanas no processo de decisão política



Fonte: Inquérito aos especialistas do PEA, 2015.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228661>

As estatísticas podem negligenciar grupos inteiros no interior de uma população e de setores da economia. As áreas remotas são, por vezes, deixadas de fora devido a orçamentos limitados e estão, portanto, sub-representadas nas estatísticas nacionais. Os inquéritos estatísticos nacionais ignoram o setor informal, embora este normalmente represente mais de três quartos da economia (UNECA, 2014; Kratke e Byiers, 2014).

Uma representação incompleta dos grupos desfavorecidos pode afetar significativamente o seu bem-estar. Os valores dos censos na Nigéria, por exemplo, ditam a reorganização distrital e a alocação orçamental para a alimentação, a educação,



a saúde, a habitação e o bem-estar, entre outros (Bamgbose, 2009). Sabe-se pouco acerca dos grupos desfavorecidos em áreas instáveis, tais como a República Centro-Africana, a RDC Oriental, o Corno de África, a Líbia, o Mali e o Norte da Nigéria, embora o crescimento populacional torne ainda mais premente a necessidade de melhor entender essas áreas. Também é este o caso nas “zonas descontroladas” na África Ocidental, associada ao terrorismo jihadista e o tráfico de armas da crise na Líbia (ver Capítulo 5). As ameaças do Boko Haram estão a perturbar as antigas dinâmicas territoriais do interior do continente em direção a costa, incluindo as áreas pastorais que são tão importantes para vários países (Caixa 7.7).

### Caixa 7.7. Qual o futuro dos espaços pastorais?

Os grandes espaços do Sara e do Sahel partilhados com o Norte de África, que se estendem da Mauritânia à Somália, são territórios áridos com recursos pouco fiáveis e dispersos, adequados apenas à transumância de gado. Embora os dados relativos à economia pastoral sejam limitados, este setor é conhecido por contribuir significativamente para o PIB, as receitas fiscais e os lucros das exportações em países tais como a Etiópia, o Níger e o Sudão (Hesse e MacGregor, 2006). É também um componente importante do comércio regional.

Infelizmente, são inúmeras as ameaças às áreas pastorais. O aumento da população, pressões sobre o terreno e choques económicos e políticos põem em perigo o modo de vida e o conhecimento dos pastores. Além disso, muitos grupos violentos e extremistas estão a destabilizar o Sara e o Sahel com o tráfico de armas.

As conferências regionais realizadas em Ndjamená e em Nouakchott em 2013 enfatizaram a importância das áreas pastorais. Promoveram a criação de gado enquanto enfoque das estratégias de desenvolvimento visto que asseguram uma presença regular em áreas remotas. A descentralização foi declarada uma prioridade, com o objetivo de integrar plenamente os grupos pastorais nómades e sedentários nas economias, na governação territorial e no debate público (SWAC/OCDE/AFD, 2013).

### Colmatar a lacuna de informações sobre as economias locais

Algumas iniciativas pretendem preencher a lacuna de informações relativas às economias locais. O Club du Sahel da OCDE e a Parceria para o Desenvolvimento Municipal (PDM) desenvolveram o programa ECOLOC (*Relance des économies locales en Afrique de l'Ouest*) em 1997 para contribuir para a compreensão das economias urbanas e rurais e como estas evoluem; o ECOLOC usa uma abordagem demoeconómica e envolve 22 cidades da África Ocidental e as respetivas hinterlândias.<sup>17</sup> O Burkina Faso levou o ECOLOC ao nível nacional em 2002 por meio do seu programa para a revitalização das economias locais. Quando a PDM foi reestruturada em 2007, tornando-se parte da organização Cidades e Governos Locais Unidos em África, iniciativas semelhantes alargaram-se à Suazilândia e à Tanzânia. No entanto, o financiamento limitado restringiu um maior desenvolvimento do ECOLOC, não obstante a necessidade de perceber melhor as especificidades locais.

O *West Africa Long-Term Perspective Study* (Estudo das perspetivas da África Ocidental a longo prazo – WALTPS) foi publicado em 1998 pelo Club du Sahel da OCDE e foi cofinanciado pela Comissão Europeia, pelo Banco Mundial e pelo Banco Africano de Desenvolvimento (Cour e Snrech, 1998). O propósito do estudo foi identificar as principais tendências que persistiram durante a recessão da África subsariana na década de 1980 e na sequência do relatório de 1989 do Banco Mundial, *Sub-Saharan Africa: From Crisis to Sustainable Growth: A Long-Term Perspective Study*. Em vez de adotar uma abordagem setorial (tal como a saúde, o ambiente ou a indústria), o WALTPS centrou-se na geografia humana da região, isto é, a relação entre os habitantes da África Ocidental e o seu ambiente.<sup>18</sup>



## **As políticas de desenvolvimento territorial têm de ser integradas nas estratégias de desenvolvimento**

Embora gozando de um certo número de casos extremamente bem-sucedidos, a revisão acima mostra que as políticas que procuram enfrentar as disparidades territoriais e promover a inclusão espacial em África se depararam com três obstáculos principais: sofreram defeitos institucionais, como a falta de capacidade; foram demasiado lentas na conexão de territórios uns com os outros; e ainda não conseguiram capacitar de forma significativa as partes interessadas ao nível local.

Mais relevante ainda é o facto de os dados recolhidos no presente capítulo também confirmarem as observações feitas no anterior: limitando-se estritamente a segmentar os seus esforços para a promoção do desenvolvimento segundo setores económicos, os decisores políticos dos governos centrais tendem a ignorar a rápida alteração que as dinâmicas territoriais apresentam, um problema agravado pelas inadequadas estatísticas e conhecimentos insuficientes do território. Além disso, por recorrer sobretudo a abordagens de “cima para baixo”, impedem que os agentes privados e públicos ao nível local descubram e explorem as potencialidades económicas dos respetivos territórios. Desta forma, os países encontram-se mal preparados para fazer face aos desafios da transformação estrutural enquanto processo multissetorial e de base local e para abordar as potencialidades das suas novas dinâmicas demográficas e espaciais.

Colocar as pessoas e os locais no centro da transformação estrutural exige, assim, mais do que políticas adaptadas aos lugares, tais como as acima analisadas. Exige estratégias de desenvolvimento inovadoras que utilizem uma abordagem de base local para articular essas diversas políticas setoriais e que capacitem os agentes locais para o aproveitamento das potencialidades dos territórios. O próximo capítulo centrar-se-á nas soluções.



### Notas

1. Alguns exemplos de ZEE recentes encontram-se em Angola e na Mauritânia. Angola está a criar várias ZEE industriais, tais como Luanda-Bengo, a área mineira industrial de Cassinga e as zonas agroindustriais de Pungo a Dongo. O governo oferece incentivos fiscais para investimentos nos setores não petrolíferos, havendo mais concessões para investimentos em regiões menos desenvolvidas. Contrastando com as ZEE orientadas para a exportação, Angola centrou-se inicialmente na produção doméstica devido à escassez no mercado interno (ANGOP, 2012). Em janeiro de 2013, a Mauritânia criou a ZEE de Nouadhibou, uma zona económica exclusiva que se estende ao longo de 230 000 km<sup>2</sup> e trará 1.5 milhões de toneladas potenciais de peixe por ano (Nota de País PEA).
2. Alguns exemplos atuais incluem o Gabão e o Quênia. No Gabão, o *2015 Plan Stratégique Gabon Émergent* delinea a criação de dez polos de crescimento baseados nas vantagens competitivas de cada território. Dez clusters industriais tentam promover um desenvolvimento territorial e diversificar a economia fazendo uso de hidrocarbonetos, da exploração mineira e madeireira, da agricultura e da agroindústria (Nota de País PEA). O Quênia está a investir 14.5 mil milhões de USD no desenvolvimento de um cluster industrial de TIC em Kona. Este plano espelha a ambição do governo de cimentar o seu lugar enquanto potência de TIC na região.
3. Por exemplo, a negligência do desenvolvimento de infraestruturas no norte da Côte d'Ivoire poderá ter contribuído, em parte, para a divisão do país nas suas regiões do norte e do sul entre 2002 e 2011.
4. A Senegâmbia e o corredor de desenvolvimento Maradi-Katsina-Kano (MKK) também são dignos de menção.
5. Na África do Sul, soube-se que os subsídios do Departamento dos Transportes para os transportes públicos estavam em conflito com os sistemas de financiamento do Departamento da Habitação, que financiava projetos de habitação em grande escala em terrenos baratos e afastados. Assim, as pessoas desfavorecidas tinham de fazer um longo percurso de áreas fora da grelha dos transportes públicos (OCDE, 2008).
6. Isto inclui 60 mil milhões de USD por ano em gastos de capital e 33 mil milhões de USD por ano em funcionamento e manutenção. As áreas de infraestruturas abrangem TIC, irrigação, energia elétrica, transportes, água e saneamento.
7. A governação refere-se ao conjunto de regras formais e informais que regem a tomada de decisões e a implementação de políticas. A governação em vários níveis refere-se especificamente à coordenação entre os níveis de governação supranacional, nacional, meso e local. Engloba os diferentes níveis atores públicos, privados e não estatais – tais como organizações da sociedade civil, líderes tradicionais e o setor privado –, bem como os diferentes níveis de governo que estão direta ou indiretamente envolvidos nas decisões políticas.
8. Uma descentralização eficaz deve promover a governação local seguindo o princípio da subsidiariedade: um nível mais elevado de governo não deve tomar medidas que sejam menos eficazes se tomadas num nível inferior. A subsidiariedade garante que as decisões são tomadas com a maior proximidade possível do cidadão. Há uma preservação da transparência graças a mecanismos de freios e contrapesos nos diferentes níveis de governação. O princípio da subsidiariedade pode orientar a descentralização em todos os tipos de sistemas políticos, sejam estados centralizados ou federais.
9. Os diferentes graus de descentralização incluem:
  - A desconcentração (ou descentralização administrativa) realoca a execução de funções administrativas para níveis inferiores da governação. Os poderes de tomada de decisões permanecem com o governo central.
  - A delegação é a transferência de certas responsabilidades do governo central para níveis inferiores da governação. A delegação envolve mais autonomia em relação ao governo central do que a desconcentração.
  - A devolução (ou descentralização política) significa que as responsabilidades devolvidas são decididas, implementadas e financiadas pelos níveis inferiores de governo, ficando em grande parte fora do controlo direto do governo central.
10. Em janeiro de 2012, a Libéria lançou uma política nacional relativa à descentralização e à governação local que não foi inteiramente implementada devido à questão da eleição directa do presidente da câmara (Fallah, 2014).
11. O grau de descentralização fiscal pode ser medido como a proporção da despesa subnacional na despesa de todos os governos (Charbit, 2006: 2).



12. Os programas concebidos centralmente têm limitações bem conhecidas, tais como o PRODEC e o PRODESS, respetivamente, os programas educativo e de saúde do Mali, e o *programa Hydraulique, santé et éducation* do Benim.
13. No Benim, na Guiné e no Mali, a descentralização dos cuidados de saúde primários para comités de saúde eleitos ao nível local – e, em Moçambique, para o governo local – contribuiu para aumentar as taxas de imunização e reduzir a mortalidade infantil, ao incrementar o acesso a serviços de saúde a preços acessíveis (Mehrotra, 2006). Um programa semelhante no Burkina Faso pretendendo descentralizar a educação administrativamente aumentou o sucesso dos alunos e a motivação dos professores, apesar de o seu salário ser inferior ao tradicional (Ngaruko, 2003: 137f).
14. A amostra inclui a África do Sul, o Botswana, Cabo Verde, o Gana, o Lesoto, o Malawi, o Mali, Moçambique, a Namíbia, a Nigéria, o Quênia, o Senegal, a Tanzânia, o Uganda, a Zâmbia e o Zimbabwe.
15. Os Indicadores do Desenvolvimento Mundial, por exemplo, deixaram de apresentar dados relativos ao emprego na agricultura, enquanto a base de dados se expandiu de 400 indicadores em 2001 para cerca de 1300 em 2015.
16. O *Living Standards Measurement Study – Integrated Surveys on Agriculture (LSMS – ISA)*, criado em 2009 para investigar os rendimentos agrícolas em sete países africanos, fornecerá progressivamente uma base de conhecimentos proveitosa.
17. O programa usava matrizes sociais de responsabilização perante resultados a nível local, ligadas às matrizes nacionais e apoiadas por inquéritos de base. A espacialização é feita em três níveis analíticos: espaço territorial entre cidades e o interior, espaço rural local e centros urbanos. Incorpora estratégias dos atores locais (governo, autoridades locais, operadores privados, grupos da sociedade civil e doadores), juntamente com os seus recursos financeiros, sociais e religiosos, assim como estratégias de cooperação e organismos de coordenação (SWAC/PDM, 2001; Yatta, 2006; SWAC/OCDE, 2013).
18. O principal objetivo do estudo foi destacar (a) as interações de longo prazo entre as dinâmicas dos povoamentos, isto é, o crescimento e a redistribuição da população no seio de cada país e ao longo do território, bem como os processos económicos e sociais, e (b) a evolução de quatro fatores interdependentes no território: população, dimensão espacial dos povoamentos humanos, dinâmicas de mercado e mudança social e política.



## Bibliografia

- Abate, M. A. (2013), *Economic Effects of Air Transport Liberalization in Africa*, Swedish National Road and Transport Research Institute.
- Acemoglu, D., T. Reed e J. A. Robinson (2013), “Chiefs: Economic development and elite control of civil society in Sierra Leone”, *Journal of Political Economy*, Vol. 122, No. 2, pp. 319-368, <http://economics.mit.edu/files/9074>.
- Acemoglu, D. e J. Robinson (2015), “Is there a curse of resources? The case of the Cameroon”, *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty Blog*, <http://whynationsfail.com/blog/2013/5/16/is-there-a-curse-of-resources-the-case-of-the-cameroon.html> (consultado a 23 de março de 2015).
- Acemoglu, D. e J. Robinson (2013), *Why Nations Fail, The Origins of Power, Prosperity and Poverty*, Crown Publishers, Nova Iorque.
- Afrobarómetro (2008), *National Public Attitude Surveys on Democracy and Governance in Africa, Round 4* (base de dados), [www.afrobarometer.org/data/data-rounds-merged](http://www.afrobarometer.org/data/data-rounds-merged) (consultado a 25 de maio de 2015).
- AGNA (2013), “Statistics for good economic governance, regional integration and sustainable development in Africa”, *African Project on the Implementation of the 2008 System of National Accounts: Phase I*, African Group on National Accounts, [http://mortenjerven.com/wp-content/uploads/2013/09/ProDoc-on-SNA\\_2013-09-03.pdf](http://mortenjerven.com/wp-content/uploads/2013/09/ProDoc-on-SNA_2013-09-03.pdf).
- Ahmad, J. et al. (2005), “Decentralization and Service Delivery”, *Policy Research Working Paper*, No. 3603, Banco Mundial, Washington, DC.
- Alvergne, C. (2013), *Le défi des territoires, comment dépasser les disparités spatiales en Afrique de l’Ouest et du Centre*, Karthala, Paris.
- ANGOP (2012), *Creation of Special Economic Zone Boosts Economy Diversification*, Agência Angola Press, [www.portalangop.co.ao/angola/en\\_us/noticias/economia/2012/9/41/Creation-Special-Economic-Zone-boosts-economy-diversification,e2f8302a-5171-4b7c-9283-f6edffe14834.html](http://www.portalangop.co.ao/angola/en_us/noticias/economia/2012/9/41/Creation-Special-Economic-Zone-boosts-economy-diversification,e2f8302a-5171-4b7c-9283-f6edffe14834.html) (consultado a 15 de janeiro de 2015).
- ARFE (2012), *Opportunities for Cross-Border Cooperation in West Africa: A Contribution to the Regional Integration Process*, Associação das Regiões Fronteiriças Europeias, Gronau.
- BAD (2014), *Development Effectiveness Review 2014*, Banco Africano de Desenvolvimento, Túnis.
- BAD (2012), *Tunisie: Défis Économiques et Sociaux Post – Révolution*, Banco Africano de Desenvolvimento, Túnis.
- BAD et al. (2013), *Perspectivas Económicas em África 2013: Transformação Estrutural e Recursos Naturais*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264200562-pt>.
- BAD et al. (2012), *Perspectivas Económicas em África 2012: Promover o Emprego Jovem*, Publicações OCDE, Paris.
- BAD/OCDE (2009), *Perspectivas Económicas em África*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2009-en>.
- BAD/OCDE/PNUD (2014), *Perspectivas Económicas em África 2014: Cadeias de valor globais e a industrialização de África*, Publicações OCDE, Paris, [www.dx.doi.org/10.1787/aeo-2014-en](http://www.dx.doi.org/10.1787/aeo-2014-en).
- Bamgbose, A. (2009), “Falsification of population census data in a heterogeneous Nigerian state: The fourth republic example”, *African Journal of Political Science and International Relations*, Vol. 3/8, Lagos, pp. 311-319.
- Banco Mundial (2015), *Country Policy and Institutional Assessments CPIA* (base de dados), Operations Policy and Country Services, Banco Mundial, Washington, DC, <http://data.worldbank.org/data-catalog/CPIA>, (consultado a 31 de março de 2015).
- Banco Mundial (2014), *World Bank Bulletin Board on Statistical Capacity* (base de dados), Banco Mundial, <http://data.worldbank.org/data-catalog/bulletin-board-on-statistical-capacity>.
- Banco Mundial (2013) “Improving trade and transport for landlocked developing countries”, *World Bank Contributions to Implementing the Almaty Programme of Action, a Report Preparing the Ten-Year Comprehensive Review*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Banco Mundial (2009), *World Development Report 2009: Reshaping Economic Geography*, Banco Mundial, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5991>.
- Banco Mundial (1989), *From Crisis to Sustainable Growth: sub-Saharan Africa: A Long-term Perspective study*, Banco Mundial, Washington, DC.



- BBC (2015), “Egypt unveils plans to build new capital”, BBC News: Business, BBC, [www.bbc.com/news/business-31874886](http://www.bbc.com/news/business-31874886) (consultado a 20 de março de 2015).
- Bräutigam, D. e X. Tang (2014), “Going global in groups: structural transformation and china’s special economic zones overseas”, *World Development*, Vol. 63, Elsevier, pp. 78-91, [www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X13002222](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X13002222).
- Burgess, R. et al. (2014), *Our Turn to Eat: The Political Economy of Roads in Kenya*, manuscrito, London School of Economics and Political Science, Londres, [www.roadswater.org/wp-content/uploads/2013/10/our-turn-to-eat\\_political-economy-of-road-construction-in-Kenya.pdf](http://www.roadswater.org/wp-content/uploads/2013/10/our-turn-to-eat_political-economy-of-road-construction-in-Kenya.pdf).
- Byiers, B. e F. Rampa (2013), “Corridors of power or plenty? Lessons from Tanzania and Mozambique and implications for CAADP”, *ECDPM Discussion Paper*, No. 138, Centro europeu de gestão de políticas de desenvolvimento, [www.ecdpm.org/publications/corridors-power-plenty-lessons-tanzania-mozambique-implications-caadp/](http://www.ecdpm.org/publications/corridors-power-plenty-lessons-tanzania-mozambique-implications-caadp/).
- Byiers, B. e J. Vanheukelom (2014), “What drives regional economic integration? Lessons from the Maputo development corridor and the North-South corridor”, *ECDPM Discussion Paper*, No. 157, Centro europeu de gestão de políticas de desenvolvimento.
- Cabral, L. (2011), “Decentralization in Africa: Scope, motivations and impact on service delivery and poverty”, *Future Agricultures Working Papers*, No. 020, Future Agricultures, Brighton.
- Carletto, G. et al. (2007), “Rural income generating activities in developing countries: Re-assessing the evidence”, *Journal of Agricultural and Development Economics*, Vol. 4/1, pp. 146-193.
- CGLU (2010), *Local Government Finance: The Challenges of the 21st Century: Second Global Report on Decentralization and Local Democracy (GOLD II)*, Cidades e Governos Locais Unidos, Barcelona, [www.cities-localgovernments.org/gold/Upload/gold\\_report\\_2/2010%20EXECUTIVE%20SUMMARY%20baixa.pdf](http://www.cities-localgovernments.org/gold/Upload/gold_report_2/2010%20EXECUTIVE%20SUMMARY%20baixa.pdf).
- Chaponnière, J. R., D. Perreau e P. Plane (2013), “L’Afrique et les grands émergents”, *A Savoir*, Vol. 19, Fondation pour les Études et Recherches sur le Développement International e Agence Française de Développement, [www.afd.fr/webdav/shared/PUBLICATIONS/RECHERCHE/Scientifiques/A-savoir/19-A-Savoir.pdf](http://www.afd.fr/webdav/shared/PUBLICATIONS/RECHERCHE/Scientifiques/A-savoir/19-A-Savoir.pdf).
- Charbit, C. (2006), “European policy options for the distribution of competences across levels of government”, *Sigma Conference Working Documents*, Ancara.
- Cour, J. M. (2015), “The peopling of Africa: A blind spot in development policymaking? A conversation with Jean-Marie Cour”, *DEV Talk Series*, OCDE, Paris.
- Cour, J. M. e S. Snrech (1998), *Preparing for the Future: A Vision of West Africa in the Year 2020*, *West Africa Long-Term Perspective Study*, Publicações OCDE, Paris, <http://hdl.handle.net/10253/132>.
- Demante M. e I. Tyminsky (2008), *Décentralisation et gouvernance locale en Afrique : des processus, des expériences*, Études & Méthodes, IRAM, Paris.
- Desrosières, A. (2000), *La Politique des grands nombres: histoire de la raison statistique*, La Découverte, Paris.
- Devarajan, S. (2013), “Africa’s statistical tragedy”, *Review of Income and Wealth*, Vol. 59/S1, Banco Mundial, Washington, DC, pp. S9-S15, [www.dx.doi.org/10.1111/roiw.12013](http://www.dx.doi.org/10.1111/roiw.12013).
- Diarrah, A. (2002), *Le concept de “pays-frontière” dans le processus d’intégration sous-régionale ouest-Africaine: résultats du séminaire de Sikasso, 4-7 mars 2002*, Frontières et Intégrations en Afrique de l’Ouest.
- Edgerton, R. (2002), *The Troubled Heart of Africa: A History of the Congo*, St. Martin’s Press, Nova Iorque.
- Elroy Africa (2012), “Development of the Africa local governance timeline: Decentralization study post 1980”, *Support Programme to the Political Shaping of Decentralization in Africa*, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit.
- Fallah, S. (2014) “Appointed by the president”, *D+C Development and Cooperation*, [www.dandc.eu/en/article/why-elected-local-governments-would-be-good-liberia](http://www.dandc.eu/en/article/why-elected-local-governments-would-be-good-liberia), (consultado a 12 de março de 2015).
- Farole, T. (2011), *Special Economic Zones in Africa, Comparing Performance and Learning from Global Experiences*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Foster, V. e C. Briceño-Garmendia (2010), *Africa’s Infrastructure: A Time for Transformation*, Agence Française de Développement e Banco Mundial, Washington, DC, [http://siteresources.worldbank.org/INTAFRICA/Resources/aicd\\_overview\\_english\\_no-embargo.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTAFRICA/Resources/aicd_overview_english_no-embargo.pdf).
- Freund, C. e R. Nadia (2010), “What constrains Africa’s exports?”, *World Bank Policy Research Working Paper Series*, No. 5184, Washington, DC, <http://go.worldbank.org/TI73G3GA10>.
- Gallup World Poll (2013), *Gallup World Poll: Scientifically Measuring Attitudes and Behaviors Worldwide* (base de dados), Gallup, [www.gallup.com/services/170945/world-poll.aspx](http://www.gallup.com/services/170945/world-poll.aspx), (consultado a 17 de março de 2015).



- Garcia M. e A. S. Rajkumar (2008), "Achieving better service delivery through decentralization in Ethiopia", *World Bank Working Paper*, No. 131, Washington, DC, <http://hdl.handle.net/10986/6362>.
- Hesse, C. e J. MacGregor (2006), "Pastoralism: Drylands' invisible asset? Developing a framework for assessing the value of pastoralism in East Africa", *Issue Paper*, No. 142, International Institute for Environment and Development.
- Hodler, R. e P. Raschky (2014), "Regional favouritism", *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 129/2, pp. 995-1033, [www.dx.doi.org/10.1093/qje/qju004](http://www.dx.doi.org/10.1093/qje/qju004).
- IEA (2014), "Africa energy outlook: A focus on energy prospects in sub-Saharan Africa", in *World Energy Outlook 2014*, International Energy Agency, Paris, [www.dx.doi.org/10.1787/weo-2014-en](http://www.dx.doi.org/10.1787/weo-2014-en).
- Igue, J. e K. Zinsou-Klassou (2010), *Frontières, espaces de développement partagé*, Maîtrise de l'espace et développement, Karthala, Paris.
- FMI (2014), *Government Finance Statistics* (base de dados), Fundo Monetário Internacional, <http://elibrary-data.imf.org/FindDataReports.aspx?d=33061&e=170809> (consultado a 12 de março de 2015).
- FMI (2013) *Energy Subsidy Reform in Sub-Saharan Africa: Experiences and lessons*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC
- Jerven, M. (2013), *Poor Numbers, How We Are Misled by African Development Statistics and What to Do about it*, Cornell University Press, Nova Iorque.
- Jourdan, P. (2011), "Resource corridors (SDIs or DCs): Maximising the developmental impact of finite resources", *Presentation for the World Bank Seminar on Mineral Fiscal Regimes*, Harare.
- Kingombe, C. e D. W. Te Velde (2012), "Structural transformation and employment creation: The role of growth facilitation policies in sub-Saharan Africa", *Background Paper for the World Development Report 2013*, Overseas Development Institute, Londres.
- Kiregyera, B. (2013), "The dawning of a statistical renaissance in Africa", *Conference on African Economic Development: Measuring Success and Failure*, Simon Fraser University,
- Koelbe, T. A. e A. Siddle (2012), *The Failure of Decentralisation in South African Local Government: Complexity and Unanticipated Consequences*, UCT Press South Africa, Cidade do Cabo.
- Kramon, E. e D. Posner (2014), *Ethnic Favoritism in Primary Education in Kenya*, manuscrito não publicado, [www.sas.upenn.edu/polisci/sites/www.sas.upenn.edu/polisci/files/posner\\_draft\\_penn.pdf](http://www.sas.upenn.edu/polisci/sites/www.sas.upenn.edu/polisci/files/posner_draft_penn.pdf).
- Kratke, F. e B. Byiers (2014), "The political economy of official statistics: Implications for the data revolution in sub-Saharan Africa", *Discussion Paper*, No. 170, European Centre for Development Policy Management, Maastricht, [www.ecdpm.org/dp170](http://www.ecdpm.org/dp170).
- Lafourcade, M. e J. Thisse (2008), "New economic geography: A guide to transport analysis", *Paris School of Economics Working Papers*, No. 2008-02, Paris School of Economics e École Normale Supérieure, <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00586878/document>.
- Logan, C. (2011), "The roots of resilience: Exploring popular support for African traditional authorities", *Afrobarometer Working Paper*, No. 128, Michigan State University.
- Losch, B., S. Fréguin-Gresh e E. White (2012), *Structural Transformation and Rural Change Revisited, Challenges for Late Developing Countries in a Globalizing World*, Africa, Banco Mundial e Agence Française de Développement, Washington, DC.
- Losch, B., G. Magrin e J. Imbernon (2013), "A new emerging rural world: An overview of rural change in Africa", in *Atlas for the NEPAD Rural Futures Programme*, Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD), Montpellier.
- McClelland, C. (2013), "Angola's middle class clamors for housing amid oil boom", *Bloomberg Business*, [www.bloomberg.com/news/articles/2013-03-11/angola-s-middle-class-clamors-for-housing-amid-oil-boom](http://www.bloomberg.com/news/articles/2013-03-11/angola-s-middle-class-clamors-for-housing-amid-oil-boom) (consultado a 21 de março de 2015).
- Mehrotra, S. (2006), "Governance and basic social services: Ensuring accountability in service delivery through deep democratic decentralisation", *Journal of International Development*, Vol. 18, pp. 263-283.
- Meredith, M. (2005), *The State of Africa*, Free Press, Londres.
- Moberg, L. (2014), "The political economy of special economic zones", *Journal of Institutional Economics*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Mosha, A. C. (2004). *The Planning of the New Capital of Tanzania: Dodoma, an Unfulfilled Dream*, University of Botswana, Gaborone, [www.etsav.upc.es/personals/iphs2004/pdf/148\\_p.pdf](http://www.etsav.upc.es/personals/iphs2004/pdf/148_p.pdf).
- NEPAD (2010), *The Rural Futures Programme: Rural transformation across the African Continent*, Secretariado da NEPAD, Midrand.



- Ngaruko, F. (2003), "Political economy of reform for service delivery: The case for administrative decentralization in Africa", *Nordic Journal of African Studies*, Vol. 12/2, pp. 134 – 163.
- Nyassogbo, G. K. (2010), "Maîtrise de l'espace et formation d'une nouvelle collectivité territoriale", in *Systèmes spatiaux et structures régionales en Afrique*, Karthala, Paris.
- OCDE (2009), "How regions grow", Policy Brief, OCDE, Paris, [www.oecd.org/regional/searf2009/42576934.pdf](http://www.oecd.org/regional/searf2009/42576934.pdf).
- OCDE (2008), *OECD Territorial Reviews: Cape Town, South Africa*, Publicações OCDE, Paris.
- ONU (2010), *Population and Housing Census Programme* (base de dados), <http://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/censusdates.htm#AFRICA> (consultado a 17 de março de 2015).
- Paulais, T. (2012), *Financing Africa's Cities: The Imperative of Local Investment*, Africa Development Forum Series, Banco Mundial e Agence Française de Développement, Washington, DC.
- Pazzanita, A. (2008), *Historical Dictionary of Mauritania*, Scarecrow Press, Plymouth.
- Posner, D. (2005), *Institutions and Ethnic Politics in Africa*, Cambridge University Press, Cambridge.
- PRDP (2007), *Peace Recovery and Development Plan for Northern Uganda*, Gabinete do primeiro-ministro.
- Ranganathan, R. e V. Foster (2011), "East Africa's infrastructure, a continental perspective", *Policy Research Working Paper*, No. 5844, Sustainable Development Unit, Banco Mundial, Washington, DC.
- Robinson, J. A., R. Torvik e T. Verdier (2006), "Political foundations of the resource curse", *Journal of Development Economics*, Vol. 79, Elsevier, pp. 447-468, [http://scholar.harvard.edu/files/jrobinson/files/jr\\_polfoundations.pdf](http://scholar.harvard.edu/files/jrobinson/files/jr_polfoundations.pdf).
- Sackur, S. (2012), "Equatorial Guinea: Obiang's future capital, Oyala", *HARDTalk BBC*, British Broadcasting Corporation, [www.bbc.com/news/magazine-20731448](http://www.bbc.com/news/magazine-20731448) (consultado a 24 de fevereiro de 2015).
- SAPP (2013), *Southern African Power Pool Annual Report 2013*, Southern Africa Power Pool, Harare.
- Sommers, M. (2005), "It always rains in the same place first: Geographic favoritism in rural Burundi", *Issue Briefing*, No. 1, African Programme, Woodrow Wilson International Centre for Scholars, Washington, DC, [www.wilsoncenter.org/topics/pubs/IB001.pdf](http://www.wilsoncenter.org/topics/pubs/IB001.pdf).
- SWAC/OCDE/AFD (2013), "Élevage pastoral, une contribution durable au développement et à la sécurité des espaces saharo-sahéliens", *Summary Record of the Regional Symposium on Pastoral Livestock*, Sahel and West Africa Club e Agence Française de Développement, Paris.
- SWAC/OCDE (2013), *Settlement, Market and Food Security*, *West African Studies*, Publicações OCDE, Paris, [www.dx.doi.org/10.1787/9789264187443-en](http://www.dx.doi.org/10.1787/9789264187443-en).
- SWAC/OCDE (2005), "One park, three counties", *Cross-Border Diaries: Bulletin on West African Local-Regional Realities*, Publicações OCDE, Paris.
- SWAC/PDM (2001), *Écoloc, gérer l'économie localement en Afrique : évaluation et prospective*, Sahel and West Africa Club e Parceria para o Desenvolvimento Municipal, Paris.
- Sy, O. (2009), *Reconstruire l'Afrique, vers une nouvelle gouvernance fondée sur les dynamiques locales*, Éditions Charles Léopold Mayer, Paris.
- Teravaninthorn, S. e G. Raballand (2009), "Transport prices and costs in Africa: A review of the international corridors", *Directions In Development, Infrastructure Series*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Tsimpo, C. e Q. Wodon (2009), *Who Benefits from Electricity Consumption versus Connection Subsidies? Evidence from Niger*, Development Dialogue on Values and Ethics, Banco Mundial, Washington, DC.
- UNDESA (2014), *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision* (base de dados), Nações Unidas, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais, Divisão da População, Nova Iorque, <http://esa.un.org/unpd/wup/CD-ROM/>, (consultado a 30 de março de 2015).
- UNECA (2014), *African Statistical Yearbook 2014*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba e Túnis.
- UNICEF (2013), *Every Child's Birth Right: Inequities and Trends in Birth Registration*, Fundo das Nações Unidas para a Infância, Nova Iorque.
- USAID (2010), *Comparative Assessment of Decentralization in Africa: Final Report and Summary of Findings*, United States Agency for International Development, Vermont.
- Wang, J. (2013), "The economic impact of special economic zones: Evidence from Chinese municipalities", *Journal of Development Economics*, Vol. 101, Elsevier, pp. 133-147.
- Wrong, M. (2000), "The emperor Mobutu", *Transition*, Vol. 81/82, pp. 92-112, [www.jstor.org/stable/3137451](http://www.jstor.org/stable/3137451).



Yatta, F.P. (2015), “La décentralisation en Afrique : peut-elle aider les pays africains à mieux gérer leurs inégalités spatiales et territoriales?”, *OECD Development Centre Think Piece*, Publicações OCDE, Paris.

Yatta, F.P. (2006), *Villes et Développement économique en Afrique: une approche par les comptes économiques locaux*, Collection “Villes”, Éditions Economica, Paris.

### **Para saber mais**

Acemoglu, D., S. Johnson e J. Robinson (2001), “The colonial origins of comparative development: An empirical investigation”, *The American Economic Review*, Vol. 91/5, pp. 1369-1401.

BAD (2013), *At the Center of Africa’s Transformation: Strategy for 2013-2022*, Banco Africano de Desenvolvimento, Túnis.

Bell, M. e E. Charles-Edwards (2013), “Cross-national comparison of internal migration: An update on global patterns and trends”, *Technical Paper*, No. 2013/1, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, Nova Iorque.

Christiaensen, L. e Y. Todo (2009), “Poverty reduction during the rural-urban transformation: The role of the missing middle”, *Policy Research Working Paper*, No. WPS6445, Banco Mundial, Washington, DC.

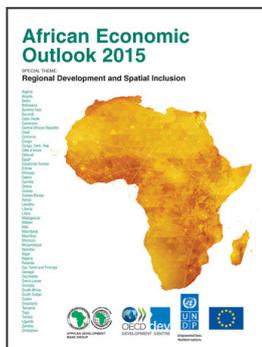
Christiaensen, L., J. Weerdt e Y. Todo (2013), “Urbanization and poverty reduction: The role of rural diversification and secondary towns”, *Agricultural Economics*, Vol. 44/4-5, pp. 435-447.

Collier, P. e A. Venables (2011), *Plundered Nations? Successes and Failures in Natural Resource Extraction*, Palgrave Macmillan.

McGranahan, G. e D. Satterthwaite (2014), “Urbanisation, concepts and trends”, *IIED Working Paper*, International Institute for Environment and Development, Londres.

PARIS21 (2015), “The peopling of Africa: A blind spot in development policymaking”, Ms Eliza Mohamedou commentaries on the DEV Talks Series, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, Paris.

Rodrik, D., A. Subramanian e F. Trebbi (2004), “Institutions rule: The primacy of institutions over geography and integration in economic development”, *Journal of Economic Growth*, Vol. 9, pp. 131-165.



**From:**  
**African Economic Outlook 2015**  
Regional Development and Spatial Inclusion

**Access the complete publication at:**  
<https://doi.org/10.1787/aeo-2015-en>

**Please cite this chapter as:**

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2015), “Uma análise crítica do desenvolvimento territorial e das políticas de inclusão espacial em África”, in *African Economic Outlook 2015: Regional Development and Spatial Inclusion*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264233362-11-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to [rights@oecd.org](mailto:rights@oecd.org). Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at [info@copyright.com](mailto:info@copyright.com) or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at [contact@cfcopies.com](mailto:contact@cfcopies.com).